

HOMENAGEM AOS MORTOS DO TARRAFAL

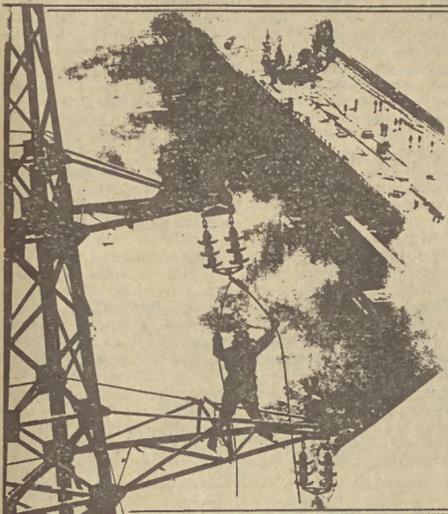
FASCISMO NUNCA MAIS!

Chegaram de longe, da terra ressequida e livre de Cabo Verde. Alguns tinham-na pisado estuantes de vida e juventude, condenados à morte lenta sem culpa formada. O fascismo impiedoso e assassino os liquidou.

Mais de 40 anos depois os seus restos regressam à Pátria libertada e nela repousam. Os braços comovidos do seu Povo os acolheu. Trinta e duas bandeiras de luta, bem alto as erguemos para que o fascismo jamais escravize a nossa terra. "Os mortos não os deixamos para trás abandonados".



Pág. 3



Preparando
a Conferência do PCP
as sementeiras
crescem também
nas nacionalizadas
do Alentejo

Pág. 7



ÁLVARO CUNHAL NA RDA

Uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes partiu ontem ao fim da manhã para uma visita à República Democrática Alemã e à República Socialista da Checoslováquia.

Antes de partir, o camarada Álvaro Cunhal declarou-nos que esta visita à RDA e, na volta, à Checoslováquia, se insere no quadro das relações de amizade fraternal existentes entre o PCP, o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista da Checoslováquia.

O nosso Partido — prosseguiu o secretário-geral do PCP — considera ser importante na actual situação mundial o reforço da amizade e da cooperação entre todas as forças do progresso social, designadamente os partidos comunistas dos países capitalistas, os países socialistas e os movimentos de libertação dos povos.

Compareceram no aeroporto para apresentar cumprimentos de despedida uma delegação do PCP composta pelos camaradas José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC, Aboim Inglês e Albano Nunes, ambos do Comité Central.

RESPOSTAS À SITUAÇÃO POLÍTICA

Que esforço exige a resolução da crise económica?

•
O «erro histórico» do PCP...

•
Mais deputados a apoiar não fazem certa uma política errada!

•
De que forma encara o PCP a oposição ao Governo?

•
O «país real que somos» qual é afinal?

•
Analisemos ponto por ponto o «plano de estabilização»

Pág. 7

O Exército Vermelho criado há 60 anos



Pág. 12

Salários e contratação no vértice das paralisações

Pág. 5

Editorial

OS MORTOS NÃO OS DEIXAMOS PARA TRÁS ABANDONADOS!

A grandiosa jornada de sábado, de sentida homenagem aos mortos do Tarrafal, é um acontecimento de significado profundo no longo e árduo combate do nosso Povo pela liberdade e a democracia.

Dissémos aqui, há precisamente oito dias, que o Tarrafal era para o Povo português uma impressionante lição da História, da nossa História nacional. A comovida homenagem popular aos mártires do Campo da Morte Lenta evidenciou-o de maneira significativa.

Quarenta e oito anos na vida de um povo é relativamente pouco em termos de tempo histórico — na vida de uma geração pode ser muito. Podem acontecer hiatos e soluções de continuidade histórica, podem por vezes cortar-se as pontes entre o presente e o passado, pode muito simplesmente a transição entre duas épocas processar-se sem sobressaltos de maior.

Em Portugal, na sequência dos primeiros dez anos do regime fascista, no período compreendido entre a criação do Campo da Concentração do Tarrafal, em 1936, até à grande jornada de sábado último, passando pela radiosa manhã do 25 de Abril de 74, não uma mas duas gerações de portugueses conheceram a vida nas rudes condições do fascismo, sofreram na própria carne a violência e a tortura nas suas formas mais refinadas e brutais.

Entre o hoje e o ontem há o negro da noite fascista mas há também nexos que é preciso realçar.

Entre a primeira leva de presos antifascistas para o Tarrafal nesse longínquo 1936 e a portentosa manifestação cívica de sábado passado em Lisboa há um nexo histórico e há um nexo político que é impossível apagar.

Se a criação do sinistro Campo da Morte Lenta do Tarrafal marca o auge do regime fascista em Portugal, a jornada antifascista do dia 18 é não somente uma impressionante manifestação de repúdio dos crimes do fascismo assassino como uma resposta concludente àqueles que hoje tentam, mesmo alojados no Governo, restabelecer por todos os meios o poder das forças políticas e sociais que no passado engendraram o fascismo.

O estocicismo da multidão marchando em silêncio sob a chuva torrencial durante mais de quatro horas não é apenas um símbolo, é — mais do que isso — uma poderosa afirmação da vontade popular de não permitir jamais o regresso ao passado.

Que os que conspiram nos bastidores e sonham com o restabelecimento do poder fascista em Portugal meditem seriamente no significado do 18 de Fevereiro de 78 e dele tirem as conclusões políticas práticas de respeito pela Constituição e pela ordem democrática. É o menos que se lhes pode exigir.

A extraordinária manifestação de sábado passado mostra a força determinante da unidade democrática e antifascista no seio do Povo português. Velhos ressentimentos e feridas recentes não resistiram à imperiosidade do apelo unitário daquelas pequenas trinta e duas urnas trasladadas das terras escaldantes da Ilha de Santiago, de Cabo Verde, hoje libertas da opressão colonial-fascista de Salazar e Caetano.

O apelo unitário que se evola das ossadas dos mártires do Tarrafal não é um chamamento sentimental ou de antifascismo abstracto. É para a luta concreta em defesa das liberdades democráticas e das conquistas da Revolução, ameaçadas antes pela política da recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo do PS sozinho aliado de facto à direita — e agora disposto no novo Governo de um acelerador chamado CDS — que o apelo unitário subia das urnas e irmanava as centenas de milhares de portugueses encorporados no cortejo fúnebre.

Sobre os terrenos mais diversos a unidade de todos os democratas e antifascistas é um imperativo histórico da hora actual.

Ontem, a luta contra a política de opressão, exploração e miséria e de total submissão ao capital estrangeiro do regime fascista de Salazar uniu na mesma barricada os que sucumbiram às torturas e maus tratos do terror fascista no Tarrafal ou foram assassinados ou submetidos a longas prisões nos cárceres do continente e Angra do Heroísmo e nos antros da PIDE/DGS.

Hoje os objectivos concretos dos verdadeiros democratas e antifascistas dão pelo nome de Constituição, Reforma Agrária, Nacionalizações, Controlo Operário, Independência Nacional. Fora destes superiores objectivos a unidade democrática e antifascista não passaria hoje duma fórmula vazia de sentido.

homenagem aos assassinados do Tarrafal que galvanizou e galvaniza a vontade invencível das massas populares.

É exactamente contra estes objectivos que se mobiliza, conspira e reagrupa na actualidade a reacção fascista e que os perigos do fascismo se podem tornar mais reais em Portugal.

Inspirados e comandados por conhecidos mentores, meninos-bem, exibindo as insígnias do MIRA e do CDS e símbolos nazis e fascistas multiplicam as provocações nas escolas, agredem jovens alunos e professores, paralisam o funcionamento das aulas, desencadeiam arruaças e acções de terror a coberto de uma estranha impunidade.

Pasquins fascistas e fascizantes com a sua linguagem corrosiva e provocatória atacam o 25 de Abril e defendem abertamente o regime anterior, conspurcam e caluniam absolutamente impunes os capitães de Abril e outros democratas e antifascistas consequentes, cobrem objectivamente a ofensiva reaccionária contra a Constituição e as conquistas democráticas do nosso Povo.

Grupos de caceteiros e bombistas exercitam-se para a prática de actos de terror contra as populações e as forças progressistas, ameaçam abertamente as instituições e a ordem democrática.

O anticomunismo e o anti-sovietismo constituem a substância ideológica da propaganda fascista e fascizante.

As mesmas forças que criaram o Campo da Morte Lenta do Tarrafal, que puseram de pé e alimentaram a monstruosa máquina repressiva do fascismo de Salazar e Caetano, procuram agora criar entre as massas populares um sentimento de temor e de falta de confiança nas forças democráticas e na sua própria capacidade de pôr um fim definitivo às provocações e ameaças das forças reaccionárias.

As actividades neonazis são um insulto à memória das vítimas do fascismo e ferem a consciência antifascista da imensa maioria dos portugueses.

A grande demonstração cívica do dia 18 mostra que o fascismo agrupa apenas uma ridícula minoria e que só o alarido e a impunidade lhe emprestam uma aparência de força que não tem.

"Fascismo nunca mais!" — um lema da

O carácter unitário da grande demonstração do dia 18 foi a mais significativa expressão política da homenagem aos mártires do Tarrafal.

O PCP participou nessa grandiosa homenagem de maneira que ela revestisse um carácter verdadeiramente nacional. Fiéis a essa determinação os comunistas não partidaram as solenidades dos funerais dos mártires do Campo da Morte Lenta.

Por respeito a este imperativo as vinte e duas urnas contendo as ossadas de comunistas não foram envolvidas na bandeira do seu Partido mas sim, como as outras, cobertas pela bandeira portuguesa.

Mas não pode ser esquecido ou apagado o facto de mais de dois terços dessas ossadas pertencerem a militantes do PCP, entre elas a do seu secretário-geral Bento Gonçalves.

Certas forças políticas de quadrantes diversos e os grandes órgãos de comunicação social sob controlo do Estado, procuraram silenciar que a grande maioria dos que foram assassinados no Tarrafal e nas restantes prisões fascistas e dos que suportaram o peso principal da repressão eram comunistas, membros do PCP.

Dezenas de milhares de comunistas caíram durante a noite negra do fascismo nas garras da polícia política de Salazar e Caetano e totalizaram nas prisões do regime alguns milhares de anos. Só no Comité Central do PCP se acumulam mais de 350 anos de prisão.

Justamente, Álvaro Cunhal salientou em Alpiarça:

"A homenagem aos mortos do Tarrafal foi uma homenagem a todas as vítimas do fascismo. Mas foi também, justamente, uma homenagem aos comunistas, ao Partido Comunista Português que na noite negra do fascismo foi sem confronto, o grande partido da resistência, que foi, como continuou a ser o grande, consequente e dedicado lutador pela liberdade, a democracia e o progresso social".

As linhas com que se cose o paralelismo sindical

A Constituição em vigor, no seu artigo 57.º, reconhece aos trabalhadores a liberdade sindical, como condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses. As palavras que sublinhamos são palavras da Lei Fundamental do País, obrigatória para todos os cidadãos.

Não se trata aqui de uma liberdade qualquer. É uma liberdade para unir e não para desunir e sabotar a unidade.

É uma liberdade para defender os interesses e direitos dos trabalhadores e não para os subordinar aos interesses do grande capital recuperador dos privilégios do passado.

É essa a liberdade que está na Constituição — uma liberdade de defesa e não de prejuízo.

Os «pluralistas sindicais» não podem invocá-la para fomentar o divisionismo sob os rótulos do «sindicalismo democrático», do «reformismo» e da «nova prática sindical».

O que é que se esconde por

detrás desses rótulos? — O anticomunismo e os sindicatos paralelos.

— A sabotagem da unidade. — A «central» — farsa que apareceu há dias num papel com base noutro papel com os «estatutos» de um «sindicato» paralelo que se autoproclama «democrático» e do qual só poderão fazer parte, segundo o artigo 1.º daquilo a que os divisionistas chamam estatutos, os «trabalhadores democráticos (...) que aceitem e defendam os ideais democráticos».

Como é que essa «coisa» que pretende chamar-se «Sindicato Democrático da Química e Farmacéutica» pode ter uns estatutos aprovados constitucionalmente quando logo no seu artigo primeiro proíbe trabalhadores de exercer o seu direito constitucional de associação?

Quem passa certidões de «democratismo» aos trabalhadores da Química e Farmacéutica?

É o sr. Sousa Franco? É o sr. Marcelo Curto? É o sr. Maldonado Gonelha? É o sr.

Mário Soares? São os «democráticos» fundadores do paralelo? São as «centrais» do imperialismo?

As respostas são claras e estão aqui ao pé. Os trabalhadores não precisam de correr a procurá-las.

As respostas estão na Constituição. Estão na defesa e consolidação das liberdades e direitos constitucionais.

Estão nos documentos aprovados no Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977.

Estão nos Plenários Nacionais da CGTP-IP.

Estão na capacidade dos trabalhadores organizados para defenderem a unidade e para avançarem na defesa das conquistas de Abril.

Estão na campanha nacional que se desenvolve para esclarecimento e acção do Movimento Sindical para a luta pelas reivindicações e propostas aprovadas no Plenário Nacional de 4 de Fevereiro da CGTP-IP pelos representantes de mais de um milhão e meio de trabalhadores.

O «acordo» PS-PCP

«O Jornal» publica no seu último número um texto que apresenta como o acordo PS/PCP e que diz sintetizar o trabalho realizado entre as delegações do PS e do PCP e mostrar a larguíssima faixa de acordo a que já tinha sido possível chegar entre os dois partidos.

Na sequência desta notícia, também outros órgãos de informação se referiram ao assunto em termos que carecem de rectificação.

Neste sentido, a SIP do PCP julga necessário esclarecer o seguinte:

1. O texto publicado não constitui um «acordo» entre dois partidos, mas apenas a «última proposta» do PS, a qual reproduz a reflexão e o certo em diversos pontos acordados registados nas negociações, mas também — como o PCP já teve ocasião de esclarecer numerosas vezes — não correspondia em diversos outros pontos importantes às discussões havidas;
2. Os pontos sobre a Reforma Agrária propostos pelo PCP e não inseridos no texto não foram colocados à última hora, antes vinham sendo discutidos desde o primeiro dia;
3. Em diversas outras matérias (nacionalizações, emprego, preços, tributação dos baixos e altos rendimentos) tão pouco o texto publicado tinha em conta propostas feitas pelo PCP desde o início das negociações, e sobre alguns dos quais se tinha chegado a um consenso que o referido texto não reflecte;
4. Seria tão legítimo tomar como síntese do trabalho realizado nas negociações o último texto proposto pelo PCP como tomar o texto proposto pelo PS agora publicado.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 1978

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O poder local e o programa do governo

Os órgãos de poder local integram-se na estrutura da Administração Pública portuguesa. Nos termos do art.º 268.º da Constituição, a Administração deve ser estruturada de forma a aproximar os serviços das populações; a garantir a participação dos interessados na sua gestão efectiva, designadamente por intermédio das organizações populares de base; e evitar a burocratização.

Estes objectivos deverão ser prosseguidos através do reforço do papel das autarquias locais de acordo com o princípio da descentralização administrativa.

Será que o programa do Governo, no que toca ao poder local, corresponde aos objectivos e princípios estabelecidos na Constituição?

Parece-nos que não. No capítulo da Reforma Administrativa (pág. 43) o Governo prevê o «estudo e adopção de um novo esquema — tipo de organização dos serviços burocráticos e técnicos dependentes das Câmaras»,

o que contraria o princípio — consagrado na lei das autarquias — da autonomia dos órgãos autárquicos no que toca à fixação dos seus quadros de pessoal.

Projecta-se igualmente a criação de novos bairros administrativos (pág. 21), figura caduca que a Constituição e a lei das autarquias não prevêem.

Refere-se, por outro lado, a intenção de organizar as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por forma a transmitir para centros de decisão supramunicipais competências actualmente atribuídas aos órgãos dos municípios em questão (pág. 20). Verifica-se assim que o Governo não prevê a instituição, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, das Regiões Administrativas. De notar ainda que a «organização das grandes áreas metropolitanas» não é projectada com o objectivo de estas virem a assumir poderes actualmente a cargo do poder central, mas sim para despojar os municípios de competências que lhes estão conferidas, contrariando uma

vez mais o princípio de descentralização.

Verifica-se, por estes exemplos, que o Governo não pretende estabelecer um novo estilo de relações, democrático e dialogante, com os órgãos autárquicos; que não contribuirá para a completa instituição do novo Estado democrático; não respeitará o princípio constitucional da autonomia administrativa e da transferência de poderes do aparelho central do Estado para as autarquias locais.

A criação do Ministério da Reforma Administrativa, por seu turno, provocará equívocos e ambiguidades, originará conflitos de competências, servirá de pretexto para o CDS procurar controlar a Administração Pública no seu conjunto.

Apesar do mau pronócio para as autarquias resultante da coligação PS/CDS e do seu programa, a grande corrente unitária que já existe em torno da ideia da construção de um poder local forte, democrático e prestigiado assegurará, mais tarde ou mais cedo, se concretize a instituição do novo sistema de administração democrática a nível local.



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2.º, 1.º andar, Lisboa, 1. Tel. 7698977.

ADMINISTRAÇÃO: Editoriais Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º, 1.º andar, Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º, 1.º andar, Lisboa-1. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Lusa, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A, Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C, Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - Porto. Tel. 28508.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º, Esq. - Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 - Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 - Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A - Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcorova de Baixo, 13 - Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 - Lisboa-1. Tel. 769701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A - Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e impresso na Hecla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 83 187



Que noção tem dos valores o «Diário de Notícias»?

O «Diário de Notícias», o tal que sai do bolso dos trabalhadores, pretende convencê-los de que o Festival da Canção deve preocupá-los muito mais que a impressionante manifestação antifascista que levou ao cemitério do alto de S. João os restos mortais dos 32 mártires do Tarrafal.

Há lugar para tudo neste mundo e ainda mais no mundo dos órgãos de comunicação estatizados.

Mas quando o próprio Primeiro-Ministro reconhece e apoia a necessidade de combater o fascismo, cujas raízes (e muitos ramos) estão por arrancar em Portugal, quem pode compreender a atitude do «Diário de Notícias» quando na última segunda-feira se limita a dar uma legenda para uma fotografia na primeira página a três colunas sobre o funeral dos comba-

tentes antifascistas, e a reservar quatro colunas na mesma primeira página do mesmo dia ao «Dai Li Dai Li Dou» do melhor dos mundos do nacional-cançonetismo?

Não andamos a medir com um cordel as colunas do «Diário de Notícias». Mas salta à vista e é grave, pela orientação que denota, esta escolha sem princípios entre os factos da actualidade nacional.

Mas será mesmo uma orientação sem princípios, ou é o «pluralismo» ideológico que leva, pelo menos a confundir o relevo que se deve a um acto cívico nacional que tem raízes profundas na História do nosso povo e na sua luta pela liberdade e um acto da medíocre banalidade publicitária da cançoneta televisiva desta RTP, que sai por sua vez do bolso dos traba-

lhadores e explora diariamente com as doses de «pluralismo» que se conhecem, a colheita da ignorância e do obscurantismo que o fascismo se esmerou em semear durante tantos anos?

Sabemos que os responsáveis por essas «orientações pluralistas» costumam fechar no seu cofre dos «chavões» as palavras vivas que melhor exprimem a realidade política nacional e a necessidade de dar combate ao veneno diário destilado pelos que se servem da democracia para atacar os democratas mais consequentes, pelos que utilizam — e a RTP e o «Diário de Notícias» primam pelo zelo — o anticomunismo mais rudimentar como se no «pluralismo» deles não coubesse, como não cabia no fascismo, um dos grandes partidos nacionais

e uma ideologia científica cuja defesa consequente das liberdades e dos direitos dos povos de todo o mundo a faz ganhar no presente o futuro da Humanidade.

Por esse futuro morreram os heróis do Tarrafal e muitos outros combatentes da liberdade assassinados pelo fascismo. Mas pela bitola do «Diário de Notícias» e da RTP isso conta tanto, ou menos, que o «Dai Li Dai Li Dou» do nacional-cançonetismo.

O Povo português, apesar da deseducação fascista, não perdeu a noção dos valores e do peso dos actos que contam na sua vida.

Ter isso em conta é o menos que se pode pedir a órgãos de informação que prezam o seu nome e os interesses de quem os paga.

TAREFA REVOLUCIONÁRIA!

ASSINAR O Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VCS!

O POVO NÃO ESQUECE OS CRIMES FASCISTAS

Impressionante manifestação em Lisboa de homenagem aos mártires do Tarrafal

O Povo português não esquece os crimes fascistas. Não esquece o Tarrafal. Não esquece os que durante a longa noite da opressão se ergueram com coragem na luta pela liberdade e a democracia. O quase meio século de fascismo que se manteve no poder em Portugal encontrou pela frente a resistência activa de milhares de militantes revolucionários que tudo deram ao combate contra a exploração e a ditadura. Entre estes, estão os 340 portugueses que deixaram no Campo de Concentração do Tarrafal mais de dois mil anos das suas vidas. Mas destes, 32 não tiveram a felicidade de conhecer o Portugal por que lutaram, o Portugal do 25 de Abril. Passados 52 anos sobre a entrada dos primeiros presos no Campo da Morte Lenta, os seus restos mortais voltaram à Pátria e repousam, desde o passado sábado, num

mausoléu construído no cemitério do Alto de S. João.

Unidos no respeito pela memória e pelo exemplo de homens que sofreram a tortura e a morte nesse símbolo sinistro da ditadura fascista que foi o Tarrafal, os democratas portugueses prestaram-lhes, no passado sábado, uma última homenagem que, apesar da chuva intensa que caiu durante todo o dia, reuniu mais de 200 mil pessoas, numa impressionante manifestação de pesar, que foi, também, uma gigantesca afirmação de repúdio pelos crimes do fascismo que o Povo não esquece, repúdio sublinhado por palavras de ordem frequentemente entoadas ao longo do imenso cortejo: «Fascismo nunca mais!» e «Tarrafal nunca mais!». Esta última seria, aliás, a palavra de ordem inscrita num grande

pano vermelho que abria o cortejo.

O percurso

A concentração começou muito antes da hora marcada (15 horas). Ou melhor, desde as 18 e 30 de sexta-feira passada que a Sociedade Nacional de Belas Artes jamais deixou de registar a presença de milhares e milhares de pessoas, trabalhadores na sua maioria. Cerca das 15 horas, saía da SNBA a primeira urna. Num gesto comovido mas firme, que se repetiria no decorrer do cortejo e no cemitério, os punhos ergueram-se e em muitos rostos correram lágrimas. Depois, lentamente e ao som das marchas fúnebres executadas pela Banda do Barreiro, o cortejo iniciou o seu longo percurso, no qual se incorporou um imenso bloco humano. Também nos passeios e em muitas janelas, se encontravam largas

centenas de pessoas.

Na primeira fila seguia a maior parte dos sobreviventes do Tarrafal: Sérgio Vilarigues (membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do Partido), João Faria Borda, José Barata, Júlio Fogaça, António Cabaco, Tomás Rato, Pedro Foyos, Oliver Bartolo, Reinaldo de Castro, Miguel Russel, Augusto Valdez, Joaquim Casquinha, entre outros.

Seguíam-se as viaturas funerárias, que transportavam as pequenas urnas e os familiares das vítimas. Além de Francisco Miguel (o último preso a deixar o Tarrafal e membro do CC do Partido) e Manuel Alpedrinha, seguia no cortejo, atrás do carro que transportava a urna do camarada Bento Gonçalves, uma numerosa delegação do Comité Central do Partido, constituída pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-

geral, Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Costa, Carlos Brito, Blanqui Teixeira, Jaime Serra, José Vitoriano, Octávio Pato, Joaquim Gomes, Ângelo Veloso, Dinis Miranda, Jorge Araújo, José Bernardino, Carlos Pinhão, Rogério de Carvalho, Aurélio Santos, Severiano Falcão, Aboim Inglês, Raimundo Narciso e Manuel Pedro.

Mais atrás viam-se representações do PS, MDP/CDE, UEDS, FSP e CGTP-IR, e ainda diversos membros do Governo e do Conselho da Revolução. No cemitério do Alto de S. João compareceu, igualmente, o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho e o dr. Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República, entre outras conhecidas personalidades.

Caía a noite quando o cortejo fúnebre chegou ao

cemitério, onde, uma a uma, as urnas foram colocadas no mausoléu erigido em honra dos que «na longa noite do fascismo foram portadores da chama da Liberdade, e pela Liberdade morreram no Campo de Concentração do Tarrafal».

Cerca de uma hora passou entre a chegada da primeira urna e a deposição da última. Junto do ossário — monumento — cujo acesso teve de ser limitado, mesmo antes da chegada do cortejo, devido ao grande número de pessoas que acorreram ao cemitério — seria colocada a coroa de flores em forma de estrela de cinco pontas oferecida pelo Comité Central do Partido.

No mesmo local e já de noite, o sobrevivente do Tarrafal, camarada João Faria Borda proferiu uma breve intervenção a que nos referimos separadamente.



A vigília dos que não esquecem

A grande sala da Sociedade Nacional de Belas Artes abrigou durante uma longa madrugada as trinta e duas urnas dos antifascistas mortos no Tarrafal e muitos milhares de portugueses.

Mais que vigília, foi uma homenagem à resistência, mais que saudade, foi demonstração de que o fascismo não esquece e de que os portugueses, ao saudarem a memória dos seus heróis — daqueles que combateram a opressão e por ela foram assassinados — os fazem reviver. Todos os que por lá passaram — dirigentes de partidos e de organizações políticas, dirigentes sindicais, personalidades democráticas, delegações de trabalhadores, todos quiseram afirmar com a sua presença que não lhes esquece o tempo sombrio de 48 anos, não lhes esquece que a luta pela liberdade é necessária e que por ela se morreu. Por ela morreram homens que ajudaram com o seu sacrifício a tornar possível a madrugada libertadora de Abril.

Num impressionante silêncio, delegações do Partido Comunista Português, de outras organizações políticas, de membros socialistas do Governo, de capitães que fizeram Abril, desfilaram ou permaneceram junto das urnas. Continuavam a entrar portugueses anónimos, comunistas, socialistas, democratas de outras tendências, católicos ou não católicos, em saudações de punho cerrado ou em reverência cristã ou com o simples silêncio eloquente de uma homenagem simples.

Foi pelas 6 da tarde de sexta-feira que começaram a afluir

à SNBA as dezenas de milhares de pessoas, a render homenagem aos mortos do Tarrafal. Bichas enormes, que transbordavam para a rua e enchiam os passeios, demoraram toda a noite, até à hora em que no dia seguinte foi iniciado o cortejo para o Alto de São João. Ao sair dos empregos muitos trabalhadores não regressaram logo a suas casas, para se integrarem nas longas filas, para passarem em silêncio perante as urnas alinhadas na câmara-ardente.

Duas filas se formaram. Uma composta pelos que comovidamente passavam em frente das urnas. Uma outra, alinhada à esquerda da entrada, composta por organizações do Partido ou de organizações de trabalhadores, de colectividades, de comissões democráticas, de gente que, embora não integrada em qualquer grupo ou delegação, quis participar nos turnos de vigília. Estes turnos, dada a afluência, foram organizados de tal modo que, de dez em dez minutos, grupos de 32 pessoas se alinhavam atrás das 32 urnas.

As coroas de flores — quantas? — tinham nos seus dizeres as homenagens de Comissões de Trabalhadores, de Comissões de Moradores, de Sindicatos, de Colectividades, de Organismos Partidários.

Uma longa vigília que demonstrou que o povo português está desperto. Disposto a não esquecer os sofrimentos do passado e atento às ameaças do presente.

200 000 pessoas nas ruas de Lisboa disseram: «Fascismo nunca mais!»

A chuva não abandonou a cidade durante toda a tarde. As avenidas que, desertas cerca das 14 horas, se lavavam com água persistente, como que se preparavam para o mais extraordinário cortejo que Lisboa jamais viu.

Só na Rua Barata Salgueiro o movimento era desusado para a tarde de sábado. Mais de uma hora antes de começarem a sair as encarrarias, já a rua se encontrava cheia de gente e os carros

funerários aguardavam. Numa derradeira homenagem, muitos portugueses se dirigiam ainda para desfilarem perante os restos dos seus heróis. Muitos dos que ali estiveram, jovens, não conheceram sequer os tempos em que o Tarrafal foi o campo de concentração do fascismo que existiu neste país. Mas não deixaram de se juntar a todos os que, velhos e novos, não permitiram que nesta terra se repita a sombra do terror e da opressão.

Pouco passava da hora marcada para o início do cortejo e os

familiares e amigos dos mortos do Tarrafal começaram a transportar as urnas, cobertas com bandeiras nacionais, para os carros alinhados cá fora. Nessa altura já a rua era um mar de gente e por todo o percurso se aglomeravam muitos milhares de pessoas que esperaram o cortejo para depois nele se integrarem.

Eram centenas de milhares. Junto dos carros, seguiam dirigentes do Partido e também muitos dos sobreviventes. Sobreviventes de faces cavadas

pela idade, cabelos embranquecidos com as marcas dos sofrimentos passados e das lutas que nunca abandonaram. Nas suas faces despontavam por vezes algumas lágrimas. Junto aos seus companheiros mortos — aos nossos companheiros mortos — eles lembravam-nos que é possível resistir.

A chuva caiu mais forte quando se iniciou o movimento que levou os milhares de pessoas até ao monumento do Alto de São João. Com ou sem chapéu de chuva,

a água escorria nos fatos ensofados, os pés enfiavam-se nos verdadeiros rios que escorriam e formavam pequenos lagos. Ao chegar ao Marquês de Pombal já se não conseguia distinguir o fim ou o princípio do cortejo que inundou a cidade.

Vieram de toda a parte, os democratas que acompanharam durante horas as urnas que trouxeram a pátria a memória de um tempo de resistência.

Isto mostra-lhes a nossa unidade, disse a certa altura, num

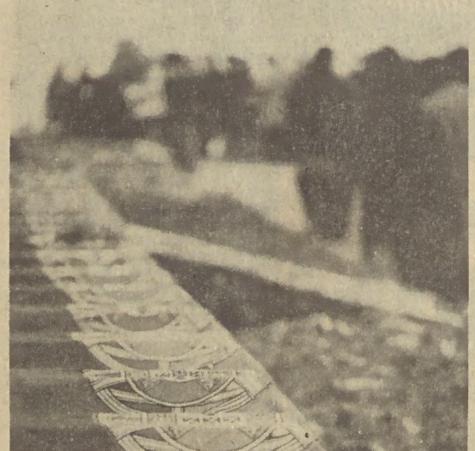
debato, um homem que, sem guarda-chuva, avançava com firmeza. A unidade antifascista foi, de facto, o espírito que animou as centenas de milhares de pessoas, de muitas crenças e ideologias, reunidas num mesmo caminho e na mesma intenção. A de barrar o caminho às manobras dos que querem fazer voltar o país à noite do antígamento. A de mostrar que estão dispostos a trazer à razão aqueles que, com leviandade, parecem acreditar que o fascismo está definitivamente enterrado.

No percurso, as janelas abriram-se, o respeito pelos que deram a vida pela liberdade, o respeito pelo cortejo massivo dos que os acompanhavam marcavam os rostos que apareciam.

Em silêncio sempre, sem distintivos que os afastassem uns dos outros, os homens, mulheres e jovens percorreram as avenidas de Lisboa. E nas avenidas de Lisboa, muitos outros portugueses se lhes juntaram, enquanto que, já no cemitério, vários milhares de pessoas aguardavam. Mesmo

depois do encerramento das cerimónias, noite caída, as pessoas continuavam a tentar penetrar no cemitério, a visitar o monumento que é a memória de um tempo que não permitiríamos que volte.

Quando, encerradas as urnas nesse monumento, João Faria Borda proferiu as últimas palavras do seu discurso, elevou-se, firme, uma certeza afirmada por milhares de companheiros das vítimas do campo do Tarrafal: Fascismo nunca mais!



«O exemplo de unidade no Tarrafal»

Já de noite e debaixo de chuva intensa, que também caiu durante todo o dia, após terem sido depositadas no mausoléu as urnas dos 32 antifascistas, usou da palavra o camarada João Faria Borda, residente do Campo do Tarrafal, onde esteve mais de 16 anos.

Escutado com emoção por todos os que se encontravam junto do monumento, o camarada Faria Borda, falando em nome da Comissão Promotora da Transladação, começou por referir: Os sobreviventes do Campo de Concentração do Tarrafal estão a terminar o cumprimento duma promessa feita nesse Campo, logo que morreram os primeiros camaradas.

Pareceu-nos então que haveria que trazer para Portugal, para a sua terra, os que tinham caído vítimas do fascismo, longe da pátria, longe dos amigos, longe da família.

E mais adiante declarou: Ao pensarmos assim, não o fazíamos por uma mera questão sentimental, mas porque já então considerávamos justo e politicamente significativo, que

todos os portugueses pudessem prestar homenagem na sua própria terra àqueles que o fascismo salazarista atirara para um insalubre clima africano a fim de os liquidar.

O que foi o Tarrafal e para que serviu — dois aspectos que Faria Borda não deixou em branco:

Para ali mandou Salazar operários do 18 de Janeiro de 1934, marinheiros da Revolta de 8 de Setembro de 1936, intelectuais e trabalhadores diversos, no número dos quais se contavam Bento Gonçalves, Mário Castelhan, Alfredo Caldeira, Simões Januário, Alberto Araújo, Millito Ribeiro, Pedro Soares e tantos outros filhos queridos do nosso Povo que o regime fascista queria bem longe, evitando a sua participação na luta que intrinsecamente travavam em defesa dos interesses das massas trabalhadoras e na denúncia dos crimes do fascismo.

«Lá longe num isolamento absoluto»

Depois de referir que vários dos democratas que ficaram no

Tarrafal tinham a sua pena cumprida há muito e outros nem mesmo a julgamento tinham sido submetidos, o camarada Borda afirmou:

Para Salazar e para o seu braço criminoso, a PIDE, pouco importava a sua própria «legalidade».

Havia, sim, que arranjar meios de nos liquidar, lá longe, num isolamento absoluto, donde não chegassem os ecos dos sofrimentos vividos, das brutalidades, da fome, das doenças, dos insultos, em suma, onde fosse mais fácil assassinar sem ruído.

Para esse objectivo foram criados todos os meios e bem escolhidos os executantes da sinistra tarefa.

Salientando que importa recordar e ter bem presente que a existência do Tarrafal só foi possível porque existiu o fascismo, Faria Borda declarou: Era frequente dizer-se aos presos que passavam pela PIDE da época: «olha que vais parar ao Tarrafal!» — e muitas vezes se passou a ameaça aos factos concretos, e para lá foram parar

muitas dezenas de antifascistas, que se iam juntar aos que tinham chegado em 29 de Outubro de 1936, inaugurando o sinistro Campo.

Estávamos, portanto, perante um objectivo político bem determinado, e Salazar mais não fazia do que imitar os seus parceiros Hitler e Mussolini de quem era fervoroso admirador.

Simplemente, um lutador consciente pode ser vencido fisicamente, mas nunca politicamente liquidado.

E foi assim que, na sua grande maioria, os presos do Tarrafal resistiram ao seu pretendido esmagamento político, mesmo os que não resistiram fisicamente, morreram com dignidade, evocando nos últimos momentos a par dos seus entes queridos a firmeza dos seus ideais.

A força da unidade

Mais adiante, detendo-se em particular na força da unidade e da solidariedade antifascista, o antigo marinheiro da Revolta de 8 de Setembro de 1936 declarou:

No Tarrafal, todos os verdadeiros democratas, comunistas, anarquistas, republicanos ou sem partido, mantinham perante os carcereiros uma unidade que constituía o maior obstáculo ao pretendido enfraquecimento da luta travada no dia a dia da nossa vida prisional contra os nossos inimigos. E essa unidade foi factor decisivo na nossa sobrevivência. Parece-me que este exemplo de unidade vivido no Tarrafal, se apresenta, em escala muito maior, como uma necessidade urgente a todos os que, após Abril, lutam pela defesa das conquistas alcançadas pelo nosso Povo, que estão sendo perigosamente ameaçadas pelos saudosistas do passado.

E a terminar, sublinhou: A melhor homenagem que podemos prestar às 32 vítimas a quem vimos agora dar o último repouso, será realmente continuar a sua luta não deixando perder aquilo porque eles morreram: a Liberdade, a Democracia, a Independência Nacional.

Semana

15

Quarta-feira 1931 - Publica-se o primeiro número do "Avante!"

Chegam, ao fim da tarde, ao aeroporto da Portela, os restos mortais dos 32 antifascistas portugueses assassinados no campo de concentração do Tarrafal. Os sindicatos ferroviários suspendem a convocação das greves, em virtude do conselho de gerência da CP ter abandonado a sua anterior intransigência. Em encontro com os jornalistas, Mário Soares promete menos notas oficiais, prática que foi um abuso durante o primeiro Governo. Os vereadores da FEPU, em Serpa, abdicam das senhas de presença, destinando as somas correspondentes às obras necessárias às populações. A administração da Sociedade Nacional de Sabões mantém-se irredutível nas negociações com os trabalhadores. Primeira reunião do Conselho de Ministros do segundo Governo Constitucional. A população de Castelo Novo bloqueia a linha da Beira Baixa exigindo a reabertura do serviço de mercadorias que a CP mantinha naquela localidade.

16

Quinta-feira 1954 - Em Vale de Vargo, cinco ranchos, num total de 200 mulheres, fazem greve exigindo aumento de salários de 10\$00 para 15\$00

Os trabalhadores da AC, Arquitectura e Construção, concentram-se frente ao Governo Civil de Setúbal exigindo que a empresa retorne a vida normal e sejam pagos os salários em atraso. Uma delegação do Comité Central do PCP visita a exposição sobre o campo de concentração do Tarrafal, patente no Mercado do Povo, em Lisboa. Continuam a fazer-se sentir os protestos pela formação de Governo de coligação PS/CDS. Começa o julgamento do capitão Andrade e Silva. Os trabalhadores da Têxtil do Mindelo, num total de 1200, paralisam durante duas horas exigindo o cumprimento da Portaria do sector. Um engenho explosivo destroi em Santa Comba Dão, a estuária do diador Salazar. Um navio da Alemanha Federal, carregado com produtos químicos, encalha em frente à Ericeira. O ministro da Administração Interna, Oliveira e Silva, apresenta a sua demissão. Os trabalhadores da têxtil Sá Pessoa, na Covilhã, paralisam totalmente exigindo o levantamento da suspensão a 19 trabalhadores e o pagamento dos salários em atraso.

17

Sexta-feira 1969 - Paralisação total dos trabalhadores do Matadouro de Lisboa

As urnas dos 32 antifascistas assassinados no campo de concentração do Tarrafal são expostas em câmara ardente, no salão nobre da Sociedade Nacional de Belas-Artes, por onde passam milhares de pessoas. Os falsificadores de notas da República Popular de Moçambique são condenados a penas suaves. Os professores do Norte votam a favor da greve. Continua a greve dos trabalhadores da empresa de construção civil Concial em virtude de não estarem ainda satisfeitos as reivindicações no respeitante aos salários e subsídios em atraso. A população de Castelo Novo consegue vencer o diferendo que a opunha à administração da CP. O nome do dirigente do Partido Socialista Jaime Gama é indicado para ocupar o Ministério da Administração Interna. O Secretariado Nacional do Partido Socialista considera que é inoportuna a criação da nova "central sindical".

18

Sábado 1959 - Paralisação de três horas dos carréis do Porto

Grande manifestação, calculada em mais de 200 mil pessoas, acompanha os restos mortais dos 32 antifascistas assassinados no campo de concentração do Tarrafal, até ao cemitério do Alto de S. João. Os trabalhadores do comércio retalhista do distrito de Lisboa paralisam, verificando-se grande adesão. No teatro Villaret, em Lisboa, realiza-se o Festival da Canção. A Polícia Judiciária divulga um comunicado sobre o caso Lopes da Neta e ainda sobre um recibo de 1500 contos encontrado no cofre daquele arguido. O Partido Socialista passa a integrar alguns dos membros da Intervenção Socialista, segundo é anunciado na imprensa. O Ministério das Finanças revela que a subscrição dos Fundos de Investimento Público (FIP) rendeu 14,5 milhões de contos. Atribuída a Romeu Correia a medalha de ouro da cidade de Almada. A gerência da Fábrica Têxtil, de Santo Tirso, despede 69 trabalhadores e suspende 26, aproveitando para isso o incêndio que no passado mês de Dezembro destruiu a fábrica e cujo seguro não cobria os prejuízos verificados.

19

Domingo 1977 - Grande manifestação em Beja, em defesa da Reforma Agrária

Um comício público, com a participação do camarada Álvaro Cunha, secretário-geral do PCP, encerra a II Assembleia Conciliadora de Alpiarça. Em Benfica do Ribatejo, o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC participa num almoço de convívio que reúne mais de 400 pessoas, a maior parte das quais não são militantes comunistas. Em Braga, numa reunião com os militantes locais do PSD, Sousa Franco critica a política económica do Governo. Após a reunião da Comissão Política da Juventude Centrista, Freitas do Amaral, ao falar aos jornalistas, diz que o II Governo "vai bem". No Porto, Amaro da Costa, do CDS enfrenta durante uma sessão de esclarecimento a contestação de algumas dezenas de jovens do MIRM, que fazem a apologia de Salazar. No 75.º aniversário do semanário "O Comércio da Póvoa do Varzim", órgão democrático e republicano, João Gomes, secretário de Estado da Comunicação Social, revela que o Presidente da República decidiu atribuir uma condecoração a aquele jornal. Encerrou a Filigráfica, que contou com 50 mil visitantes.

20

Segunda-feira 1974 - Termina a greve de dois dias dos 2000 trabalhadores do Arsenal do Alfeite

Continuam as manifestações de repúdio pela presença do CDS no Governo. Segundo a Intervenção Socialista, a adesão ao Partido Socialista pretende reforçar a esquerda. Morre num hospital de Lisboa o escritor e ensaísta Vitorino Nemésio, que contava 77 anos de idade. A União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo denuncia a atitude de cidadãos americanos que fotografam ostensivamente os trabalhadores portugueses em actividade na Base das Lajes. Em reunião plenária, os jornalistas do Departamento de Informação da RTP elaboram um documento que aponta para a reestruturação daquela sector da televisão. Uma conferência de imprensa anuncia para breve o lançamento de um livro branco sobre as centrais nucleares. Os trabalhadores de "O Século" em plenário reafirmam posições defendidas anteriormente quanto à exigência do pagamento dos salários. Um tornado causa dez feridos em Almeirim. António Arnaut, ministro dos Assuntos Sociais visita os hospitais de Coimbra. Marcelo Curto reafirma apoio aos socialistas da "Madisca".

21

Terça-feira 1968 - Manifestação em Lisboa, junto à embaixada dos EUA, contra a guerra do Vietnam

Chega a Lisboa, para uma visita de três dias, o rei Olavo da Noruega, que foi recebido pelo Presidente da República, Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros. Um grupo de pequenos e médios comerciantes e empresários protesta contra a política de recuperação monopolista exemplificada pelas facilidades económico-financeiras concedidas ao grupo Pão de Açúcar, recordando ainda que os despedimentos se reflectem negativamente no pequeno comércio. A Assembleia da República edita uma medalha comemorativa da posse do Presidente da República, general Ramalho Eanes. Os estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto paralisam duas horas como protesto pela posição do Conselho Científico, que tinha sido saneado. Um elemento social-democrata de Vila Real revela à ANOP que o CDS solicita aos dirigentes locais do PSD a indicação de falta ou atitude menos correcta do actual governador civil, no intuito de conseguir a sua substituição.

Os Comunistas na Assembleia da República

Homenagem da Assembleia aos mártires do Tarrafal

A única sessão plenária da Assembleia da República que se realizou na passada semana foi dominada pela apreciação e votação de um voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP. Subindo à tribuna da Assembleia da República, o destacado combatente antifascista Francisco Miguel fez a apresentação do voto, cujo teor é o seguinte:

No momento em que regressam a Portugal os restos mortais dos trinta e dois antifascistas que, no Campo de Concentração do Tarrafal, deram a sua vida, durante o fascismo, pela conquista da Liberdade e da Democracia, a Assembleia da República chama a atenção do Povo português para a desumanidade de um regime que cometeu tais crimes e presta comovida homenagem ao sacrifício e à coragem dos mártires que desde agora repousam no solo da Pátria que tanto amaram.

Com visível emoção — emoção que era partilhada por grande parte dos deputados presentes — Francisco Miguel justificava a apresentação do voto.

Salientando que o próprio acontecimento dizia mais do que todas as palavras, Francisco Miguel foi bem, na Assembleia da República, a expressão do sentimento antifascista que anima a esmagadora maioria do povo português. E por isso, no final da sua intervenção, o velho combatente antifascista, ele próprio também mártir do Tarrafal, foi aplaudido por deputados de várias bancadas.

Os representantes dos restantes grupos parlamentares associaram-se à iniciativa do PCP, tendo o representante do PS salientado, nomeadamente, que o Tarrafal era o símbolo máximo do fascismo.

O voto apresentado pelo PCP foi aprovado por unanimidade e foi guardado um minuto de silêncio em memória de todos os que tombaram no «campo da morte lenta».

O Presidente Vasco da Gama Fernandes proferiu também algumas breves, mas sentidas, palavras acerca deste importante acontecimento. Referindo que se tinha deslocado ao aeroporto a fim de assistir ao desembarque das 32 urnas contendo os restos mortais dos antifascistas mortos no Tarrafal, o Presidente da AR revelou que nesse momento, duas sensações o tinham invadido: uma de desespero por aqueles que não puderam fazer mais e outra de remorso por aqueles que nada fizeram.

A dado passo da sua intervenção, o Presidente Vasco da Gama Fernandes aconselhou os deputados a deslocarem-se ao Mercado do Povo e a visitarem a exposição evocativa do Tarrafal que aí se encontra patente, exposição que Vasco da Gama Fernandes classificou como sendo dramaticamente expressiva.

Era bom que certos deputados seguissem o conselho do Presidente da Assembleia da República, para que nunca se esqueçam da dura realidade que foi o fascismo.

Neste mesmo dia, a Assembleia da República aprovou, igualmente por unanimidade, um voto de protesto apresentado pelo PS, condenando os incidentes registados no cemitério dos Prazeres, aquando da romagem ao túmulo do General Humberto Delgado, nomeadamente os ataques proferidos contra a Assembleia da República e os insultos de que foi alvo o deputado Raúl Rego. O PCP votou favoravelmente o voto apresentado pelo PS, tendo o deputado Lino Lima salientado que a posição do PCP a tal respeito era inequívoca, citando a propósito a condenação que no último número do «Avante!» se faziam a tais incidentes.

No período de antes da ordem do dia, o deputado comunista Manuel Gusmão alertou a Câmara para os inquéritos inconstitucionais que praças da GNR, obedecendo às chamadas «ordens superiores», fizeram nas escolas de Gafanha da Nazaré e de Tarouca sobre um livro da autoria de Fins do Lago.

A Assembleia da República aprovou ainda, com os votos do PS, do PCP, do CDS e de dois deputados independentes, e os votos contrários do PSD, o projecto de lei que revê o regime processual dos crimes de imprensa, cujo teor visa apressar a execução de justiça relativamente aos casos de infracção à Lei de Imprensa.

Bem pode dizer-se que António Barreto esteve em foco na sessão do passado dia 15: recebeu um elogio por parte do deputado do PPD Soeiro de Carvalho pela sua actuação à frente do MAP.

Mas as atenções em volta do ex-ministro Barreto não ficaram por aqui: mais tarde e quando nos Passos Perdidos este, agora deputado, conversava com uma sua colega do PS, acerca-se dele um jovem abraçando (ou sossobrando, como costuma dizer-se na RDP?) uma grande pasta. O portador da pasta era, nem mais nem menos do que um dinâmico jovem do grupelho do provocador Villar, de sua graça Nuno Cintra Torres. Conversaram, conversaram e, quase no final da conversação, o dinâmico jovem abriu a pasta que sobraçava e, tirando do seu interior dois exemplares da folheca do seu grupelho, ofereceu-as ao ex-ministro, que o agradeceu reconhecido.

Mas a visita deste jovem à Assembleia da República veio a revelar-se mais produtiva do que se poderia supor, porque precisamente no momento em que oferecia a Barreto os exemplares já citados, cruzaram-se com eles os dirigentes e deputados do CDS Amaro da Costa e Ribeiro e Castro. Conversando, conversando e de braço dado, como se usa

naquele local. Não se falaram, nem tão pouco se entrelaçaram os dois grupos no momento do cruzamento. Algo, no entanto, os unia: é que Amaro da Costa trazia pendurada na sua mão direita — tinha que ser a direita — um exemplar da mesma folheca, enquanto Ribeiro e Castro guardava religiosamente no bolso direito do seu casaco o mesmo objecto...

Eram 18 e 40 do passado dia 15 e a Assembleia discutia a revisão do regime processual dos crimes de imprensa. Na bancada do CDS, dos seus 40 + 1 deputados, apenas 9 estavam presentes. Da seguinte forma: 3 escreviam, 2 conversavam animadamente. 1 lia o jornal, 1 mordía o dedo, 1 fumava e o último pensava (ou, pelo menos, exibia a atitude pública de quem está nesse acto).

Quando o deputado Francisco Miguel apresentou ao plenário o voto sobre os mártires do Tarrafal, teve que ser interrompido pelo Presidente, que reclinou duramente os deputados que nesse momento iam o jornal, dada a extrema importância da intervenção de Francisco Miguel. De facto, para o lado direito do hemiciclo, muitos ouvintes procuravam não ouvir as palavras ditas por Francisco Miguel. Compreende-se porquê!

Intervenções

«As carências habitacionais não só se mantêm como se vêm agravando»

Continuam a haver no país centenas de milhares de famílias sem casa ou que vivem em tais condições que são, por si só, a negação do direito constitucional já referido, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

A herança do fascismo neste campo cifra-se num défice de alojamentos que ultrapassava, em 25 de Abril de 1974, os 700.000 fogos.

Das casas existentes, 57 por cento não tinham água corrente, 68 por cento não tinham casa de banho, 50 por cento não tinham rede de esgotos, 38 por cento não tinham energia eléctrica, 87 por cento das sedes de concelho não realizavam o tratamento de águas poluídas e de esgotos.

Na verdade o fascismo não foi só a super-exploração dos trabalhadores, a eliminação das liberdades, o terror e a guerra. Foi também o completo desprezo pelas necessidades e condições de vida das populações do nosso País.

Paralelamente à situação de carências gritantes já referidas de casas em condições de serem habitadas existiam milhares de fogos deplorablem e de construção recente.

Quer dizer, por um lado um parque habitacional insuficiente quer no que respeita ao número de casas que não se respeita às condições de habitação de grande número destas e, por outro lado, milhares de casas com condições de habitação que não se encontravam habitadas.

Foi nestas condições que tiveram lugar as ocupações de fogos habitacionais no nosso País.

As carências habitacionais não só se mantêm como se vêm agravando (contrariamente à afirmação aqui proferida há dias pelo senhor ministro das Obras Públicas e Habitação de que as carências habitacionais existentes seriam neste momento de 500.000 fogos). Neste quadro, assume particular gravidade a política do Ministério da Habitação do Governo do PS «sozinho» aliado de facto à direita, a liberalização dos despejos, através do Decreto-Lei 293/77, as dificuldades criadas em relação à celebração dos contratos de desenvolvimento suprimindo o controlo público da primeira comercialização, a delimitação de um regime de crédito às cooperativas de habitação económica que inviabiliza este programa, um nítido de crescimento da construção de habitação promovida pelo sector público e a devolução de empresas recuperadas pelos trabalhadores ao patronato, são algumas das características desta política.

(Aida Nogueira, em 15/2/78)

A «intervenção» nos problemas da educação

O que aqui está em causa não é tanto sequer a liberdade de expressão de um ou dois autores, mas mais precisamente a liberdade de ensinar, e os meios de que «autoridades» supomos de «autoridades» se trata, se podem servir para intervir no delicado problema da educação da juventude.

(...) A face de todos os princípios constitucionais e democráticos este procedimento, mas sobretudo o de quem o ordene e acobertadamente o ordena, são não só inverosímeis e insólitos, mas sobretudo inaceitáveis, até pelo que revelam de intimação políctica.

(Manuel Gusmão, em 15/2/78)

Regime processual dos crimes de imprensa

A experiência revelou, no entanto, que a celeridade processual imposta pelas necessidades de combate à proliferação de infracções que atingem as bases do regime democrático e a própria Lei Fundamental (e reconhecida pelo legislador), é um objectivo que está ainda longe de ser atingido.

(...) Alertando esta Câmara para a necessidade e urgência de posteriores medidas, o PCP considera que a aprovação do Projecto de Lei em discussão poderá contribuir para assegurar que sejam julgados e punidos, em devido tempo, todos aqueles que abusando da tribuna da imprensa atentam contra a ordem democrática, contra a Constituição da República e contra o próprio regime democrático.

(Jorge Lemos, em 15/2/78)

PCP apresentou diploma de legalização das ocupações

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Assembleia da República, no passado dia 15, um projecto de lei 98/L, de amnistia das ocupações efectuadas após 14 de Abril de 1975 e respectiva legalização.

O diploma foi apresentado ao plenário pela deputada comunista Aida Nogueira, que justificou a iniciativa legislativa do PCP.

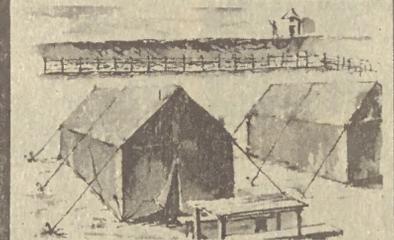
Iniciativa por que têm lutado milhares de famílias e por isso se afirma no preâmbulo do projecto de lei: Centes das graves consequências sociais do despejo iminente de milhares de famílias, os ocupantes e as comissões de moradores têm lutado persistentemente pela criação de um novo esquema e pela abertura de novos prazos para a regularização das ocupações de fogos devolutos, para fins habitacionais, quer anteriores, quer posteriores a 14 de Abril de 1975.

Existe, neste momento, um decreto-lei (o 294/77) aplicável à legalização das ocupações, mas o seu âmbito de aplicação circunscreve-se apenas às ocupações efectuadas até 14 de Abril de 1975. O projecto do PCP dirige-se às ocupações efectuadas no período compreendido entre 14 de Abril de 1975 e 31 de Dezembro de 1977.

TARRAFAL

Testemunhos

Um depoimento de tarrafalistas vivos sobre o que foi a vida no campo de concentração do Tarrafal.



TESTEMUNHOS DE:

- Aníbal Bizarro
- António Dinis Cabaco
- António Gonçalves Coimbra
- Armindo Martins de Carvalho
- Armindo Amaral Guimarães
- Augusto Costa Valdez
- Francisco Miguel
- Henrique Ochsenberg
- João Faria Borda
- João Rodrigues
- João da Silva Campelo
- Joaquim Amaro
- Joaquim Gomes Casquinha
- Joaquim Ribeiro
- José Barata Júnior
- José Gilberto Florindo Oliveira
- José Neves Amado
- José Santos Viegas
- José Manuel Romão
- Manuel Brito dos Reis
- Manuel da Graça
- Miguel Wager Rüssel
- Oliver Branco Bártolo
- Reinaldo de Castro

Coordenação de Franco de Sousa

Ilustrações de: António Domingues, António Trindade, Casquilho, Gil Teixeira Lopes, José António Flores, Júlio Pereira, Lurdes Freitas, Matilde Marçal, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira, Teresa Dias Coelho.

NA BATALHA CONTRA A REACÇÃO E O IMPERIALISMO

O desmascaramento da historiografia burguesa dos Estados Unidos sobre a História do povo Soviético desde a Grande Revolução Socialista de Outubro



PREÇO 120\$00

UM LIVRO DAS edições Avante!

PARA A CRÍTICA DA IDEOLOGIA BURGUESA

COLECCÃO

a distribuição

à venda ESTEIROS

obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

obras de Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro Soeiro Pereira Gomes

Na mesma colecção: Engrenagem — Refúgio Perdido e outros contos

a distribuição

EDIÇÃO ESPECIAL DE GRANDE VALOR BIBLIOGRÁFICO

EDICÃO ENCADERNADA, EM PAPEL COUCHÉ, NUMERADA E ASSINADA COM TIRAGEM LIMITADA - Preço 500\$00

RESERVE JÁ O SEU EXEMPLAR

No seu livreiro habitual, numa das populares livrarias CDL ou ainda pelo DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA

Av. Santos Dumont, 50 Lisboa 1

COLECCÃO a distribuição

NOME MORADA LOCALIDADE DESEJO RECEBER O LIVRO TARRAFAL TESTEMUNHOS NA EDIÇÃO NORMAL EDIÇÃO ESPECIAL PARA O RESPECTIVO PAGAMENTO ENVIO EM CHEQUE/AVALE CORREIO Nº sobre Banco Estação CTT

Ler, assinar e divulgar o Avante!... é divulgar a orientação ideológica do Partido Comunista Português

O Movimento Sindical lança uma intensa campanha por todo o País

As propostas e reivindicações dos trabalhadores portugueses aprovadas precisamente com essa designação no grande plenário nacional de 4 do corrente da CGTP-Intersindical Nacional, em Lisboa, vão ser alvo por todo o País de uma intensa campanha de esclarecimento dos trabalhadores com o objectivo de dinamizar a defesa dos seus interesses de classe e das conquistas constitucionais de Abril. Uniões e Federações Sindicais estão já empenhadas na realização de amplas reuniões e plenários por zonas geográficas e por empresas, abertos sempre que possível à participação das populações.

A União dos Sindicatos de Lisboa vai lançar uma vasta campanha de distribuição daquelas propostas e reivindicações junto da população do distrito, a par dos plenários de zona e de empresa e de uma grande assembleia de delegados, dirigentes sindicais e outras estruturas unitárias já no próximo mês de Março.

No Porto, estão previstas amplas reuniões em empresas e sindicatos além das que se realizarão por zonas, de acordo com o que foi decidido, à semelhança da União dos Sindicatos de Lisboa, pela sua

congénera do Norte, em plenários abertos a todos os Sindicatos.

Segundo decisões já aprovadas, nomeadamente nos distritos de Santarém, Coimbra e Leiria, as respectivas uniões sindicais promoverão também plenários e reuniões, o mesmo sucedendo com todas as estruturas distritais da CGTP-IN.

Atentos à situação económica e financeira

De acordo com as "Propostas e Reivindicações

dos Trabalhadores Portugueses", o Movimento Sindical vai desenvolver a sua acção "em defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, que se identificam com os mais profundos interesses nacionais, tendo em consideração a real situação económica e financeira do País e procurando contribuir de forma positiva para a resolução das graves dificuldades existentes — resultantes da situação económica herdada do fascismo e da guerra colonial, da crise económica internacional do capitalismo, da gestão ruínoza do Governo anterior, num contexto de grandes transformações na estrutura da nossa economia e da nossa sociedade — dentro da orientação sempre defendida de que a recuperação económica não pode ser feita à custa dos trabalhadores e de que os sacrifícios devem ser exigidos principalmente aqueles que mais têm e recebem".

No caminho da Constituição

As reivindicações e propostas aprovadas pela quase totalidade das 240 associações sindicais que participaram no plenário nacional de 4 do corrente e que se baseiam nos documentos de fundo saídos do Congresso de Todos os Sindicatos, correspondem a necessidades muito precisas, cuja satisfação é imperiosa do ponto de vista dos interesses imediatos dos trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo que exprimem a posição irrefutável de que não é possível em Portugal a recuperação da economia sem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das camadas populares, essas propostas e reivindicações, com a legitimidade que ninguém pode negar-lhes, têm como seu fundamento principal a exigência do respeito absoluto pela Constituição da República, da aplicação

e cumprimento rigoroso das suas normas, do combate a todas as tentativas abertas ou camufladas de proceder à sua revisão, revogação ou anulação prática.

No caminho do Socialismo

O extenso documento de 20 páginas dactilografadas, a que demos o relevo necessário no número anterior do "Avante!", sobretudo no que respeita à quantificação das propostas e reivindicações apresentadas aos órgãos do poder, acentua a importância da defesa do controlo de gestão, nomeadamente através da aprovação de uma nova lei que garanta verdadeiramente o seu exercício, a par das outras conquistas revolucionárias dos trabalhadores, "com base no texto e no espírito da Constituição" e no "projecto de transformação económica, social e política no caminho do socialismo que nela está incorporado e do qual os trabalhadores não abdicam".

Lutas e Tarefas

A CGTP-IN e a Saúde

A rápida criação e o funcionamento urgente do Serviço Nacional de Saúde são reivindicados pela CGTP-IN. Segundo um comunicado do respectivo Secretariado Nacional, a Central única dos trabalhadores portugueses exige a inclusão e a participação activa dos seus representantes no grupo de trabalho encarregado pelo Ministério dos Assuntos Sociais de elaborar o respectivo projecto-base.

Reestruturação da RTP

Devendo prolongar-se por várias sessões, começou a discussão, em plenário de jornalistas da RTP, de um documento respeitante à reestruturação do sector informativo da televisão portuguesa.

Progressos no "Século"

Em plenário, os trabalhadores da ex-SNT ("O Século"), renovando as suas reivindicações, com o apoio expresso da CGTP-IN, elegeram uma comissão eleitoral de cinco membros, que preparará as próximas eleições para a comissão de trabalhadores, e aprovaram várias propostas de revisão dos respectivos estatutos.

União Sindical de Mafra

Com estatutos aprovados em plenário pelos Sindicatos do Concelho, foi criada a União Sindical de Mafra. Entretanto, a União Sindical de Torres Vedras elegia o seu secretariado.

Lisnave e Reforma Agrária

Numa iniciativa da Comissão de Apoio à Reforma Agrária, da Lisnave, sessenta trabalhadores desta empresa procederam gratuitamente, como prova de solidariedade, a reparações de máquinas agrícolas da União de Cooperativas "Seara Vermelha", de Alvalade-Sado.

Promessa de apoio à AC

Concentrados em frente do Governo Civil de Setúbal, cerca de mil trabalhadores da AC

— Arquitectura e Construção Civil obtiveram a promessa de diligências junto do Governo para que a empresa retome a sua vida normal e sejam pagos os salários.

Carris e Metro

Em plenário, Sindicatos e delegados sindicais da Carris e do Metro decidiram promover reuniões de esclarecimento em todas as estações e sectores, ao mesmo tempo que diligências junto dos Ministérios competentes e das Comissões Administrativas no sentido do cumprimento integral dos Acordos Colectivos de Trabalho recusando, nomeadamente, as tentativas de prorrogar a vigência daqueles acordos para 18 meses e reduzir os aumentos salariais a 15 por cento.

Compromisso sobre a Lei de Bases

A Comissão Sindical Negociadora da Função Pública obteve do ministro da Reforma Administrativa o compromisso de entregar no prazo de 30 dias o anteprojecto da Lei de Bases para discussão. Os Sindicatos não abdicam dos valores salariais exigidos, que deverão constituir a base das negociações.

Controlo de gestão e CTS em colóquio

Num colóquio promovido pelo Executivo das Comissões de Trabalhadores da Região do Porto, o dr. Barros Moura afirmou que a lei sobre comissões de trabalhadores e o controlo de gestão não deve ser promulgada sem o parecer das organizações sindicais responsáveis e que a mesma lei não deve contrariar o entendimento entre os trabalhadores; deve reconhecer a autonomia e a independência das CTS; conter as condições essenciais que garantam a sua actividade e estabelecer sanções para o seu desrespeito.

Congresso dos Têxteis

De 19 a 21 de Maio próximo decorrerá na Covilhã o II Congresso dos Trabalhadores Têxteis que contará com cerca de 400 delegados nacionais,

representando 15 sindicatos, e organizações laborais nacionais e estrangeiras. Um dos objectivos é a "reorganização da indústria têxtil nos moldes que a Constituição aponta, ou seja, na perspectiva do socialismo".

Calendário da semana

Prossiguem os plenários dos Rodoviários de Lisboa: 23, 14,30H., RN CEP-5, S. Domingos de Rana; 23, 21,30H., RN CEP-5, Ericeira; 24, 21,30H., Sector de Carga e Aluguer, Sede do Sindicato; 24, 20,30H., RN CEP-5, Queluz de Baixo; 27, 18,30H., RN Centro de Mercadorias, Olivais; 27, 21,30H., RN CEP-5, Sintra; 28, 14H., RN Centro de Mercadorias, Calçada dos Cesteiros; 28, 21,30H., Sector de Escritórios, Sede do Sindicato; 28, 21,30H., RN CEP-8, Av. 5 de Outubro; 1/3, 21,30H., Motoristas das empresas privadas do sector do Comércio e Indústrias, Sede do Sindicato. • 23, 18,30H., Sindicatos dos Telefonistas de Lisboa, Assembleia Geral Ordinária, Teatro Vasco Santana. • 25,15H., Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul, Assembleia geral ordinária, Voz do Operário. • 26,15H., Sindicato dos Trabalhadores em Carnes dos Distritos de Lisboa e Setúbal, Assembleia Geral Extraordinária, sede do Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa. • 27, 21,30H., Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Assembleia Geral, Voz do Operário. • 24, 21H., Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, plenário de delegados sindicais, Montijo. • 23, 15H., União dos Sindicatos de Coimbra, reunião geral de delegados, direcções e CTS, Intel, Coimbra. • Sindicatos dos Metalúrgicos de Aveiro: 25, 21H., Assembleia Geral, Agueda, Pavilhão do Mercado; 26, 9H., Assembleia Geral, Riomeão, sede do Sindicato. • Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira: 25, 10,30H., Assembleia Geral, delegação, Porto; 26, 10H., Assembleia Geral, Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, Lisboa; 27, 18,15H., Assembleia Geral, Teatro Stephens, Marinha Grande.

Quem repudia, diz sim, diz não e tem «esperança» na central-farsa e noutros manipansos

A «central sindical» fantasma foi para a imprensa da direita o assunto da semana. Jornais houve que tentaram apresentar a provocação com bomba que estorrasse no Movimento Sindical. Mas a surpresa foi nenhuma. A CGTP-IN tem razão ao afirmar que, muito antes da realização do Congresso de Todos os Sindicatos, em fins de Janeiro de 1977, já «as forças políticas de direita, como expressão directa dos interesses de classe dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo» se batiam pela divisão dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical. Mas nem por isso a «nova central» deixa de ser uma farsa, «cuja existência e actuação — refere ainda a CGTP-IN — apenas continuará a ser empolpada pela imprensa de direita como porta-voz dos interesses dos inimigos dos trabalhadores».

Surpresa, se a houve, foi a maior clareza, pública e notória, da divisão que reina nas próprias fileiras dos divisionistas.

Enquanto o Primeiro-Ministro diz sim, Marcelo Curto, seu colega dirigente do PS, diz que não à permanência dos socialistas na ex-«Carta Aberta» dominada por «reformistas» do PPD. Enquanto isso, em declarações à RDP, um porta-voz dos dirigentes sindicais afectos ao PS no MADISCA diz que sim senhor, que lá permanecerão os socialistas, pois é tudo gente do «sindicalismo democrático e reformista»... contra a democracia sindical, acrescentamos nós.

Tudo isto e mais a «surpresa» e a «expectativa» do CDS e do PPD a propósito de uma «central» que só existe num papel, distribuído numa conferência de imprensa muito esclarecedora, onde os promotores se recusaram

a responder às perguntas dos jornalistas!

Uma fantochada

Uma fantochada sim, na aparência. Uma fantochada de quem se presta a servir de fantoche. Mas quem puxa os cordões não o é. E isso porque a «central fantasma» é sobretudo um reflexo da necessidade desesperada das forças da direita e do grande capital de sabotarem por dentro a unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical. E é também um reflexo do descrédito profundo do «parceiro social» que o I Governo do PS sozinho e de facto aliado à direita, tentou fazer da «Carta Aberta», que mudou o nome para «Madisca» antes de vir a ser desautorizada até por um dos seus defensores mais fiéis, o sr. Marcelo Curto, responsável pelo sector do Trabalho na direcção do PS.

Sintomático é também, da parte dos que tudo fizeram no

I Governo e continuam a fazer para atribuir ao Madisca uma representação e legitimidade que não tem, que apareçam agora a condenar, embora sem firmeza a «central fantasma».

E porque ela pode ainda vir a ser uma hipótese para quem se agarra a tudo para recusar a inteira e legítima representatividade da Central Única dos Trabalhadores Portugueses — a CGTP-IN. Por isso, dirigentes do PS como Manuel Alegre e Mário Soares, se limitam a dizer, no fundamental, que a «central fantasma» não é, nomeadamente, «oportuna» nem «positiva».

Por aí se ficam alguns dos mais ilustres protectores da «Carta Aberta».

Firme condenação

Será porque, nas palavras de Marcelo Curto a «Carta Aberta», ou «Madisca», não tem «quaisquer perspectivas futuras, dadas as ambiguidades, hesitações

e divergências internas», que agora aparece a tal «central» fantoche? Irão sindicalistas merecedores desse nome apolar, às claras ou na sombra, uma «coisa» que considera «nula a evolução do movimento sindical português depois do 25 de Abril»?

Temos visto muito. Não seria de espantar que o disparate tivesse, mais uma vez, acentuação para quem não desiste de dividir o Movimento Sindical.

Por isso e apesar da farsa, de todo se justifica a firme condenação da CGTP-IN e de todo o Movimento Sindical unitário, perante este arrembanço do «pluralismo sindical», forma transparente de ressuscitar a ideologia dos «sindicatos nacionais» do tempo do fascismo — a conciliação de classes no interesse do grande capital monopolista.

A mão e o dinheiro do imperialismo

Por isso o deputado comunista, camarada Jerónimo de Sousa, membro da Comissão de Trabalho da Assembleia da República, afirmará que iniciativas desse tipo têm por detrás «a mão e o dinheiro do imperialismo».

De resto como «auténtica farsa» seria também encarada a manobra por Carlos Lage, deputado do PS e membro daquela Comissão de

Trabalho, acrescentando nomeadamente que a chamada «central» não serve os objectivos daqueles que lutam «pelos interesses dos trabalhadores e pelo socialismo».

Outra e bem diferente seria a posição do deputado do PPD, Amândio de Azevedo que optou pela «esperança» de que a «central» fantasma (sem federações, sem uniões e até sem sindicatos) venha a servir, disse, «os reais interesses dos trabalhadores e possa contribuir para a consolidação das instituições democráticas».

No meio de declarações pouco claras de personalidades do PS, que não são de estranhar dado o seu empenho na divisão, e do PPD e CDS, que parecem querer ultrapassar, ainda que sem sindicatos, as «ambiguidades, hesitações e divergências internas» de que fala Marcelo Curto, e referindo-se à ex-«carta aberta», é de reter, como realinha a CGTP-IN, que «um dos maiores e mais poderosos obstáculos à concretização dos objectivos de todos os que estão contra o projecto socialista da Constituição é a unidade dos trabalhadores» e a sua organização sindical concretizada na Central Única, que nenhuma manobra divisionista fará esmorecer.

A forte barreira da unidade cresce nas eleições sindicais

A barreira da unidade continua a crescer nas eleições sindicais. O divisionismo, cada vez com menos êxito, fica reduzido ao seu papel desagregador. Reformistas e esquerdistas bem tentam confundir princípios e copiar palavras de ordem, esvaziando-as de sentido. Mas o seu papel desagregador não cresce.

Provaram-no por sua conta, nos últimos dias, os filiados no Sindicato dos Trabalhadores de Madeiras dos Distritos de Viseu e Guarda onde a lista unitária, segundo resultados ainda provisórios, venceu com um total de votos sete vezes superior ao da UDP.

Nas estruturas representativas dos trabalhadores nas empresas sucede a mesma coisa. As listas unitárias venceram também recentemente as eleições para

as comissões de trabalhadores na Efaced (Arroteia e Maia, no Porto) e na Rodoviária Nacional (CEP-8).

A participação foi assinalável nas três eleições. Na Efaced, num total de cerca de 2000 trabalhadores, foram às urnas perto de mil e quinhentos. Na RN, votaram 515 dos 624 eleitores possíveis. Nas Madeiras (um Sindicato pequeno), as duas listas concorrentes somaram cerca de 500 votos.

Reforçar a organização e defender a unidade

«É necessário reforçar a nossa organização e unidade, que não cessa de crescer diariamente, combater

o divisionismo sindical, defender a unidade de acção entre todos os Sindicatos, o que exige o reforço da nossa Federação e da Central Sindical Única», afirma num manifesto a lista vencedora nas Madeiras de Viseu e Guarda.

Avizinhm-se entretanto eleições importantes. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul votam em 25 do corrente, em Setúbal, Barreiro, Almada, Amora, Montijo, Alcochete, Évora, Ponte de Sôr, Portalegre, Santo António das Areias, Elvas, Beja e Faro. Os endereços dos locais de voto têm vindo a ser divulgados na imprensa diária pela Mesa da Assembleia Geral.

Amanhã, 24, irão também às urnas os filiados do Sindicato dos Electricistas do Centro com sede em Coimbra.

Salários e contratação no vértice das paralisações

Professores, comércio retalhista de Lisboa, Sociedade Nacional de Sabões, Têxtil do Mindelo e Sá Pessoa, Minas da Panasqueira e Valongo, Trabalhadores do Mar, Construções Técnicas, AC e Concital, Marconi e Tabaqueira são os sectores e empresas onde a luta se agudiza com grande participação levando a declarações de greve e paralisações anunciadas ou já em curso com intermitências, envolvendo muitos milhares de trabalhadores que a intransigência do patronato, a recusa de negociações e do cumprimento de contratos, bem como decisões e medidas anticonstitucionais de alguns ministérios, com o MEC à cabeça, conduzem a situações que os Sindicatos, comissões negociadoras sindicais e outras organizações do mundo do trabalho procuram resolver através do diálogo e da concertação.

A greve dos sábados

«A paralisação de 18 de Fevereiro foi um êxito», afirmava entretanto num comunicado a Comissão Sindical Negociadora (CSN) do CCT do Comércio Retalhista de Lisboa. Com mais de 90 por cento de adesões na baixa de Lisboa, Vila Franca e Torres Vedras, e com cerca de 70 por cento no resto da cidade e do distrito, «o objectivo da paralisação foi plenamente alcançado», acrescenta a CSN salientando «o absoluto respeito da Lei da Greve por parte dos trabalhadores, bem como a total inexistência de incidentes, apesar da grande participação e labor dos numerosos piquetes de greve». O comunicado da CSN, depois de esclarecer o que os patrões não dizem quando pretendem fazer crer que a semana inglesa estaria assegurada (em troca, nomeadamente, da perda de diuturnidades, retroactivos

a partir de Janeiro de 1978 e introdução de uma terceira tabela que traria «aumentos» de 300 escudos — o que os trabalhadores não podem aceitar) afirma que «a luta continua pela defesa da semana inglesa e de outros direitos adquiridos (complemento do subsídio de doença, promoções automáticas, classificação profissional e quotação) pela actualização das tabelas salariais em vigor há dois anos e por diuturnidades e retroactivos justos».

Salários e contratação

Na Panasqueira, os trabalhadores mineiros paralisam uma hora por dia, por sector e por turno, depois de se gorarem as negociações sobre aumentos salariais que a entidade patronal quer reduzir a uns míseros quatro por cento. No Valongo, depois de acções divisionistas desencadeadas pela administração da Empresa das Lousas e que levaram os trabalhadores a afastar um

delegado sindical das suas funções, a paralisação por aumentos salariais foi suspensa embora se mantenha a disposição de prosseguir a luta.

No sector da construção civil, prosseguem no princípio desta semana as paralisações na Concital e nas Construções Técnicas (Aguieira, Raiva e Setúbal) tendo os trabalhadores do estaleiro geral da empresa em Alverca aprovado em plenário uma moção declarando «dar todo o apoio moral e material aos seus camaradas em greve». Neste sector, incluindo a AC — Arquitectura e Construção Civil de Setúbal, também estão em jogo direitos fundamentais dos trabalhadores, entre eles o pagamento de salários e o cumprimento de regalias estabelecidas por contrato.

No sector têxtil, estão em luta os 1200 trabalhadores da Sociedade Industrial do Mindelo e os da empresa Sá Pessoa da Covilhã. Ainda aqui são os salários que constituem a reivindicação principal, bem como o protesto contra a suspensão de trabalhadores e a exigência do cumprimento da Portaria do sector.

Na Sociedade Nacional de Sabões decidiu-se entretanto continuar a greve, enquanto na Marconi os trabalhadores anunciavam uma paralisação por o dia 28 e se anunciavam também formas de luta na Tabaqueira e entre os marifeiros mercantes.



Ascende a 19 o total dos operários despedidos ilegalmente pela administração da Alumínia, cuja actividade repressiva, divisionista e provocatória se intensificou, a partir de Abril de 1977, data em que se registou a admissão do sr. Luis Teotónio Pereira para a gerência daquela empresa metalúrgica do Porto, onde o patronato tem tentado retirar regalias, conquistas e direitos alcançados pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. As violações dos direitos e liberdades consignadas na Constituição têm sido uma constante da conduta do sr. Teotónio Pereira e dos seus colegas administradores da Alumínia. Nunca, ao contrário do que a lei obriga, entregaram os processos disciplinares à CT da empresa para esta se pronunciar, ao mesmo tempo que impedem a entrada nas instalações da fábrica aos dirigentes sindicais, direito que lhes assiste nos termos constitucionais. À semelhança dos protestos que a gravura documenta, é urgente intensificar a solidariedade com os 19 da Alumínia e com todos os trabalhadores despedidos, nomeadamente, com os assalariados rurais do Norte e Centro, com os trabalhadores da Arnaldo Abreu, do Porto, da Riopelle, de Braga, e de muitas outras empresas onde a má gestão e a incuria ameaçam os postos de trabalho.



Mais de 500 pessoas saúdam em Alenquer a nova Comissão Concelhia eleita na 1ª Assembleia

A hora marcada, no dia 19 do corrente, os delegados à Assembleia da Organização Concelhia de Alenquer reuniram-se nas instalações do Sporting Club de Alenquer, encontrando-se também presentes cerca de 120 convidados, muitos dos quais não eram membros do Partido. A Assembleia lamentou a ausência de uma delegação do PS, partido ao qual tinha sido dirigido convite, não se tendo feito representar nem dado qualquer resposta. Foi entretanto afirmada a disposição dos comunistas em continuarem os seus esforços na política de unidade.

Mesa, da Comissão de Redacção, do Regulamento e a Ordem de Trabalhos. Na mensagem assim os camaradas da Comissão Concelhia cessante, registando-se também a presença das camaradas António Anadeto, do Organismo dos Concelhos do Norte da DORL, Martins Coelho, do Executivo da DORL e Manuel Pedro, do Secretariado daquela Direcção Regional e membro do Comité Central.

Registaram-se durante os trabalhos cerca de 20 intervenções, que abarcaram os pontos mais importantes da actividade do Partido no concelho. De salientar, por exemplo, a intervenção do camarada Sebastião Gomes sobre o trabalho realizado durante a Campanha de Promoção das Condições de Trabalho, durante a qual o camarada, apesar de reconhecer a falta de coordenação do trabalho de recrutamento, constata a vinda ao Partido de mais de uma centena de militantes, sublinhando a necessidade de um esforço para recrutar mais camponeses no sector, que é essencialmente rural.

Intervenções das Freguesias, das células de empresas de Lanifícios Tejo e Cerâmica da Abrigada, intervenções sobre Fundos, sobre o Trabalho Camponês, intervenções da UEC e da UJC, em alguns dos mais importantes temas que foram debatidos e sobre os quais mais incidiu a atenção dos delegados.

Várias moções e saudações foram aprovadas. Entre elas destacamos a que condena a coligação PS/CDS. E uma outra, ouvida com emoção, na qual se saúda a memória dos mortos do Terrafal.

1ª Assembleia de Monchique decide prioridade ao trabalho camponês

Nas instalações da Casa do Povo de Monchique realizou-se no passado dia 12 do corrente a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Monchique do Partido Comunista Português. Iniciados os trabalhos, participaram nos mesmos os 64 delegados eleitos, encontrando-se ainda na assistência 70 convidados.

Estiveram presentes os camaradas Carlos Durão, membro do CC e da DORL e a camarada Emília, da DORL. Depois da leitura do relatório de Actividades da Comissão Concelhia cessante, tiveram lugar mais de uma dezena de intervenções. Problemas de Fundos, do Trabalho nas Autarquias, da Célula das Mulheres, da Informação e Propaganda, de uma Freguesia, sobre a Juventude, sobre a Campanha de Fundos da DORL, sobre o Trabalho

Camponês, sobre os Pioneiros e ainda sobre a Cultura foram assim os aspectos mais profundamente debatidos. Analisando a composição social da população do concelho, o Relatório de Actividades faz a estimativa da influência dos comunistas no seio da população activa, com especial relevo para o sector industrial. Mais adiante o documento considera relativamente boa a percentagem de camaradas organizados, embora constata a insuficiência da implantação do Partido nas freguesias, sublinhando que há perspectivas de alargar a organização.

Agenda

- Dia 23 Quinta-Feira**
Lavrado, reunião da célula da Tanco, pelas 18 e 30 na Igreja do Lavradio.
- Dia 24 Sexta-Feira**
Almada, pelas 21 e 30 filme no Club Recreativo Estrelas do Feijó. ● Glória, sessão de esclarecimento, às 21 horas na Casa do Povo com um camarada do Comité Central. ● Algés, sessão de esclarecimento com o camarada Ruben de Carvalho, às 21 e 30.
- Dia 25 Sábado**
Almada, plenário distrital da Indústria Naval, às 14 e 30 na Academia Almadense. ● Almada, sessão de esclarecimento, às 21 e 30 com o camarada Octávio Pato membro da Comissão Política do Comité Central. Realiza-se no Clube Instrução e Recreio do Laranjeiro com Canto Livre. ● Almada, reunião na Invernal Almadense às 14 e 30 da Assembleia Popular do Concelho de Almada. ● Barreiro, pelas 15 horas realiza-se uma assembleia nos «Ferroviários» com canto livre, para entrega de cartões. ● Barreiro, pelas 15 horas realiza-se no Centro de Trabalho a VI Assembleia do Sector do Ensino, para entrega de cartões. ● Barreiro, no Cine-Clube do Barreiro realiza-se pelas 21 horas uma Assembleia do Organismo do Sector dos Pequenos e Médios Comerciantes para entrega de cartões. ● Grão, sessão de esclarecimento às 21 e 30, na Associação Recreativa e Cultural de Santa Isabel. ● Lisboa, no Centro de Trabalho Vitória a partir das 15 horas realiza-se um encontro promovido pela DORL aberto a todos os professores do Ensino Primário. ● Montijo, pelas 20 horas passagem do filme «Spartakiadas» na Casa do Povo. ● Sesimbra, pelas 15 horas, sessão de esclarecimento para pequenos agricultores e reideiros, na Associação Recreativa União Trabalhadora Zambujalense, com a camarada Margarida Tengarrinha do Comité Central. ● Setúbal, pelas 15 horas, assembleia da célula dos Armadores de Peixe. ● Setúbal, às 16 horas realiza-se a Assembleia de célula dos Trabalhadores Conserveiros. ● Setúbal, pelas 17 horas, Assembleia da Célula dos Pescadores. ● Setúbal, às 21 horas realiza-se a Assembleia de Célula do Bairro do Viso. ● Castelo Branco, início da exposição, no salão da Assembleia, sobre o cariz e o selo soviético. ● Damaia, às 21 e 30, colóquio sobre autarquias no Centro de Trabalho.
- Dia 26 Domingo**
Gaia, à tarde, realiza-se na Escola Comercial e Industrial uma jornada de convívio para entrega de lenços aos Pioneiros. ● Montijo, Canha, festa convívio para a reconstrução do Centro de Trabalho.
- Dia 28 Terça-feira**
Setúbal, pelas 21 horas realiza-se a Assembleia de Célula do Sector de Serviços.

CAMARADAS FALECIDOS

- MARIA LUÍSA SANTOS DURÃO** - Com 49 anos de idade faleceu a camarada Maria Luísa Santos Durão, militante que activamente participava no trabalho da célula da Zona 1.ª de Maio, da Molta.
- ANTÓNIO MARIA DE SOUSA LUCAS** - Faleceu no passado dia 17 do corrente. O camarada Lucas, de 25 anos de idade, era natural do Montijo. No seu funeral incorporaram-se centenas de pessoas.
- AUGUSTO VIEIRA DA CRUZ** - Com 58 anos, mecânico, membro da célula do Entrepósito Comercial de Automóveis Datsun, este camarada foi a enterrar no
- passado dia 18, no Alto de S. João.
- ÁLVARO GOMES** - Falecido em 22 de Janeiro passado, o camarada Alvaro Gomes, pequeno comerciante de São João da Talha, era membro do respectivo Comité Local do Partido.
- GABRIELA DO CÉU FONTES SILVA CARVALHO** - Faleceu no passado dia 2 do corrente. Militante do Partido e activista do MDM, a camarada Gabriela Carvalho foi a enterrar no dia seguinte, no cemitério de Vila-Chã, Barreiro, tendo seguido o funeral centenas de camaradas, amigos e antifascistas.

Konstantine Zarófov A VIA PARA O SOCIALISMO

Nesta obra, Konstantin Zarófov estuda a essência e conteúdo da época contemporânea, os problemas da construção do socialismo e as perspectivas do processo revolucionário, detendo-se na análise das três forças revolucionárias principais do mundo actual: o sistema socialista mundial, a classe operária dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional.

Preço: 90\$00

A actividade do PCP durante o fascismo evocada na Assembleia da MDF

Com a presença de 70 delegados e cerca de 80 convidados, decorreu, no sábado, a I Assembleia da Organização da célula do PCP na Metalúrgica Duarte Ferreira, a qual elegeu por maioria (verificou-se uma abstenção) o novo secretário da célula, que integra dez operários, dois empregados e quatro técnicos de desenho.

Num breve apanhado histórico foi recordado que em 1933/34 toda a célula da MDF foi presa pela PIDE e que, em 1936, durante a Guerra Civil de Espanha, quando os «Duartes, Ferreiras» se lançavam na fabricação e montagem de carros blindados para as tropas franquistas, o PCP exerceu, durante este período, grande actividade, procurando esclarecer os trabalhadores para a sabotagem dentro das suas possibilidades.

CCT com possível diminuição de salários, entre outras medidas, a alternativa apresentada pelos trabalhadores aponta o aumento da produção (tractores, camiões, ceifeiras-debulhadoras, enfardadeiras, semeadoras e rebocos) e o consequente aumento dos postos de trabalho, para não falar na poupança de divisas na ordem de um milhão de contos, na última fase de reconversão.

Participaram nos trabalhos da Assembleia as camaradas Veiga de Oliveira e Osvaldo Castro, membros do Comité Central. Antes da intervenção dos delegados foi respeitado um minuto de silêncio em memória aos mortos do Terrafal. A Assembleia aprovou uma moção contra o Governo de coligação PS/CDS.

Também com o fim da Segunda Guerra a célula do Partido conseguiu mobilizar os Trabalhadores para a paralisação total da empresa e realizar uma grande manifestação com toda a população do Tramagal.

Destacando ainda a importante tradição tecnológica que a MDF possui, bem como a maioria dos meios técnicos necessários, foi referido, por último, a importância da colaboração com a República Popular de Angola, tendo sido assinado já um contrato no valor de 265 mil contos. No entanto, a RPA manifesta interesse na colaboração da MDF num âmbito industrial e tecnológico mais alargado que, pelo volume representativo, necessita obrigatoriamente do apoio governamental, o que até agora não se verificou.

Distribuí já 135 Cartas-apelos na Campanha para o novo Centro - diz-nos uma camarada alentejana

No prosseguimento de uma Campanha que visa reforçar o Partido angariando fundos para que a DORA disponha em breve de um novo Centro de Trabalho, distinguem-se já, como temos referido nos números anteriores, militantes e organizações que levam o seu esforço a níveis de salientar. Camaradas, amigos, simpáticos, homens e mulheres do Alentejo para quem o Partido quer dizer Condições de Trabalho, quer dizer defesa da Reforma Agrária, multiplicam-se com entusiasmo para realizar o que constitui um objectivo compreendido por todos: dar ao PCP, no Alentejo, melhores condições de trabalho.

Quantas cartas-apelos já distribuíste? Tenho a meu cargo 145 cartas. Destas, tenho 135 distribuídas, tendo já cobrado 115. Mas espero distribuir ainda mais. A que pessoas as entregaste? A grande maioria das cartas foram entregues a pessoas que não pertencem ao Partido. São gente amiga do Partido, pessoas que estão connosco.

o tempo disponível dedico-o ao Partido. Vendendo 17 «Avantes» por semana - continuou - Principalmente a simpáticos. Vendo algumas publicações. Em certos dias tomo conta do bar e da sede, faço a limpeza. E nas festas costume dar a minha participação de trabalho, principalmente na cozinha.

E assim que um correspondente do «Avante!» vai encontrar-se com uma camarada, em Estremoz, e, em breve entrevista, a ouve sobre o seu trabalho de angariação de fundos para a Campanha. Trata-se da camarada Maria Godinho Ramalho, casada, com três filhos. Apesar das suas responsabilidades familiares, a camarada encontrou tempo para contribuir. Tem 42 anos de idade e a dedicação ao Partido que lhe permite encarar com confiança o bom êxito da sua tarefa. Quisemos saber, primeiro, se na sua família havia mais comunistas.

Como conseguites distribuir todas essas cartas? Fiz contactos de rua, no comércio, no mercado, nos bancos, por toda a parte gente que está connosco - explicou a camarada - A pessoas que eram do meu conhecimento, pedia que me indicassem nomes. Estes por sua vez indicaram outros e assim foi alargando a distribuição. Quisemos depois saber qual o trabalho a que a camarada se dedicava, actualmente. Respondeu-nos: Trabalho no campo. Andei na azeltona, nas mondas, nas ceifas e em todos os trabalhos que eram dados às mulheres. Trabalhava também como mulher a dias. Presentemente dedico-me só ao trabalho da casa e que já é bastante. E todo

Acabando a venda das cartas, temos que pensar noutras iniciativas. Fazer coisas, organizar festas. Tomamos este compromisso e temos que o levar até ao fim. A nossa meta há-de ser atingida. Tenho a certeza de que, com a vontade de todos os camaradas, iremos ultrapassar, e bastante os 3 mil contos!

Nova Comissão Concelhia na 1ª Assembleia de Albufeira

Efectuou-se no passado dia 19 do corrente a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Albufeira do PCP, que teve lugar no Ginásio da Escola do Ciclo Preparatório daquela vila algarvia.

Distrital da UJC e da organização de Albufeira da União da Juventude Comunista. Após a leitura do Relatório de Actividades, apresentado pelo camarada José Roque, foi o mesmo debatido, pronunciando-se uma dezena de delegados sobre os variados aspectos que o documento focava. Os aplausos que sublinharam a leitura dos trabalhos foram partilhados pelos cerca de cento e cinquenta convidados que assistiram.

Depois, apenas reunida a Assembleia com a presença de delegados procedeu-se à eleição do novo órgão dirigente comunista de Albufeira, escolhida com 5 abstenções e nenhum voto contra. Quatro operários, empregados, um estudante comerciante, e dois camaradas constituíram a nova Comissão Concelhia depois foi apresentada a saudação pelos aplausos calorosos presentes.



Almoço-convívio em Benfica do Ribatejo

Cerca de 400 pessoas estiveram reunidas, no domingo passado, num almoço de convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Benfica do Ribatejo do PCP e que se destinava à angariação de fundos. O almoço ocorreu na Associação Humanitária Benfiquense e contou com a presença do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Carlos Pinhão, membro do CC.

Findo o almoço, que reuniu muitos habitantes de Benfica do Ribatejo que não são comunistas, o que não os impediu de participar no almoço e neste acto de solidariedade, o camarada Octávio Pato, num breve improviso, referiu-se às posições do Partido relativamente à actual política do Governo, enumerando algumas das soluções preconizadas na Conferência Nacional do PCP.

Aumentar a produção e reduzir o consumo dos produtos de primeira necessidade, reduzir, sim, as importações e os consumos superfluos. Reduzir o desemprego e aumentar o emprego. No final, uma sessão de convívio com o conjunto de «Cancioneiro» e «Manifoneio» encheu a sala já de si preparada para os que tinham participado no almoço de convívio.

Carlos Brito, na Amadora falou a 3 500 pessoas

Cerca de 3500 pessoas participaram na festa que a Organização da Amadora do PCP promoveu no passado domingo, comemorando o encerramento com êxito da Campanha de Fundos do Natal e Ano Novo.

Dirigindo-se a todos os presentes o camarada Carlos Brito da Comissão Política do Comité Central do Partido, tomou a palavra de improviso, fazendo considerações sobre a situação política actual. Antes de tudo, aquele dirigente comunista referiu-se ao sentido da alegria dos militantes reunidos na festa, alegria que assenta no conhecimento da realidade e na confiança no futuro.

se desenrolou a festa de entusiasmo e de alegria não se esgotou pelas palavras de Carlos Brito, pois a confiança dos comunistas na sua determinação e firmeza de trabalhadores em sempre motivos para o com optimismo futuro, também a confiança demonstrou noutra parte do improviso do camarada Comissão Política, ao dizer que se o governo não corajoso para anunciar seus verdadeiros objectivos que são os de desmistificar as conquistas dos trabalhadores e porque não tem forçado a sala já de si preparada para os que tinham participado no almoço de convívio.

CAMPANHA 3 MIL CONTOS!

É o resultado financeiro que alcança em 20 de Fevereiro a Campanha para um novo Centro de Trabalho para a DORA. Números que vão estimular ainda mais os camaradas e as organizações já empenhadas a fundo nesta tarefa, que vão fazer arrancar o útero da camarada e organizações onde a Campanha não funciona ainda em pleno!

Desses resultados aqui damos notícia, por distrito e concelho. O Alentejo mobilizado quer reforçar as condições de trabalho dos comunistas, quer reforçar a defesa da Reforma Agrária e das outras Condições da Revolução.

Distrito de Évora	
Alentejo	7980 000
Alentejo	11200 000
Estremoz	96300 000
Évora	209700 000
Beja	148769500
Mourão	66461500
Mora	18335000
Fátima	10861500
Beja	7540000
Reguengo	450000
Vendas Novas	7658850
Viana do Alentejo	21272000
Vila Viçosa	15270000
C.D. Évora	5400000
Total Distrito	419542370
Distrito de Beja	
Alentejo	2368500
Alentejo	3670000
Beja	53095500
Beja	14070000
Mourão	406000
Mourão	1850000
Odemira	100000
Sines	4296500
Vilhelmina	1500000
Total Distrito	15985000
Distrito de Portalegre	
Alentejo	6172500
Campo Maior	3822500
Portalegre	5482500
Ponte de Sor	1200000
Sousel	2170000
Total Distrito	20200000
DORL - Diversos	
Total em 20	11756500
Total em 20	711199370

Mais adiante, falando da actual composição do Governo, a que o CDS nada acrescenta em termos de competência, afirmou que as soluções que este apresenta são as que já antes apresentaram Salazar e Marcello, figuras do fascismo com o qual o CDS tem afinidades. As posições do CDS têm afinidades com as posições do fascismo - salientou - nos planos social, político e económico.

O discurso foi ouvido com grande atenção por milhares de pessoas reunidas no Pavilhão da Amadora no qual se desenrolou a festa de entusiasmo e de alegria não se esgotou pelas palavras de Carlos Brito, pois a confiança dos comunistas na sua determinação e firmeza de trabalhadores em sempre motivos para o com optimismo futuro, também a confiança demonstrou noutra parte do improviso do camarada Comissão Política, ao dizer que se o governo não corajoso para anunciar seus verdadeiros objectivos que são os de desmistificar as conquistas dos trabalhadores e porque não tem forçado a sala já de si preparada para os que tinham participado no almoço de convívio.

Com delegados da organização convidada grande realizou-se no Ginásio do Organismo Alentejo a presença de Canelas, Cabral, CC, do Louro. Os membros do comun Alentejo profun desenvolvimento de int trabalho próximo No se verificou a presença de qual, de igualme Comissão cuja é a indústria 3 empre 1 domo campon novo or anos



A Assembleia de Alpiarça foi um acontecimento revelante para toda a população do concelho

Com a presença de 300 delegados — mais de 25 por cento da organização — e mais de 1500 convidados, num ambiente de grande entusiasmo e confiança, realizou-se no passado domingo, no Ginásio do Clube Desportivo "Os Águias", a 2ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça do PCP, que contou com a presença da camarada Álvaro Cunhal, da DOROR e membro do CC, e do deputado comunista Vítor Louro.

Apesar de mais de sete horas, os representantes eleitos dos comunistas do concelho de Alpiarça analisaram em profundidade a actividade desenvolvida nos vários sectores de intervenção do Partido e apontaram as linhas mestras do trabalho a desenvolver no futuro próximo.

No centro do debate produtivo verificou-se o Relatório apresentado à Assembleia pela Comissão Concelhia cessante, o qual, depois de lido, foi aprovado. Os delegados procederam igualmente à eleição da nova Comissão Concelhia de Alpiarça, cuja composição social é a seguinte: 9 operários industriais, 6 operários agrícolas, 3 empregados, 1 comerciante, 1 doméstica, 1 artesão e um camponês. A média de idades do novo organismo dirigente é de 36 anos.

No decorrer da Assembleia intervieram 10 representantes de outras tantas células, 2 representantes de comissões, e 3 representantes dos organismos de juventude do PCP. Usaram nomeadamente da palavra os representantes da célula das casas agrícolas, da UCP "Mouchão do Inglês", da célula dos pequenos e médios agricultores, da célula do Casalinho, da célula da UCP "Gouxa e Atela", da célula do sector cooperativo, da célula da UCP "Alfredo Lima", da célula dos seareiros, da célula da UCP "Quinta de S. João", da célula da UCP "Unidade", um representante dos trabalhadores comunistas dos Frades, um membro da Comissão Pró-Centro, os representantes da UEC, UJC e Pioneiros e uma delegação da Comissão de Venda do "Avante!".

No final da Assembleia usaram da palavra os camaradas Concelhista Pereira Carlos, da Comissão Distrital de Santarém, que abordou problemas de organização, e Raimundo Cabral, em nome da DOROR do PCP, que fez uma breve análise da situação política.

Dois moções foram ainda aprovadas por unanimidade e aclamação no decorrer da Assembleia: uma de saudação ao "Avante!" e outra que comprometeu os militantes comunistas de Alpiarça no

recrutamento de 280 novos militantes para o Partido até ao final deste ano.

No decorrer da Assembleia, os comunistas de Alpiarça receberam saudações das Comissões Concelhias de Rio Maior, Chamusca, Almeirim, Peniche, Vila Nova de Ourém, Coruche, Cartaxo, Leiria, Lourdes e Tomar, das Comissões de Freixo do Couço e de S. Domingos de Benfica, e da célula dos seareiros de Almeirim.

Quase a finalizar os trabalhos da Assembleia, tomou lugar na Mesa da Presidência o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Findos os trabalhos da Assembleia, teve lugar logo de seguida um comício com a participação da camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção publicamos noutro local.

O acesso a esta parte desta jornada de trabalho dos comunistas de Alpiarça foi livre, o que concorreu para que o pavilhão, ficasse rapidamente superlotado com a presença de milhares de pessoas, cujo entusiasmo no final do comício era bem a expressão de que a Assembleia da Organização Concelhia do PCP constituiu um acontecimento de relevante importância para a população de Alpiarça.

Preparando a Conferência do PCP as sementeiras crescem também nas nacionalizadas do Alentejo

Quando se fala no Alentejo pensa-se em Reforma Agrária. Mas o camarada Miguel Bacelar, da Direcção da ORA, na entrevista que hoje publicamos sobre a preparação da Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado, pela qual é um dos principais responsáveis na região, mostra que os trabalhadores alentejanos, para melhor defenderem a Reforma Agrária, participam também activamente na defesa das empresas nacionalizadas. Marcada para 11 e 12 de Março próximo, a Conferência entra na sua fase de preparação final. Muitos dos relatórios de sector já estão elaborados. Os temas estão escolhidos. Ultimam-se as intervenções. Tudo se prepara para que, uma vez mais, os trabalhadores comunistas e não comunistas deem uma resposta firme, concreta e positiva aos grandes problemas nacionais.

— Além das empresas nacionalizadas de âmbito nacional em sectores como a banca, seguros, transportes, celulose, etc., que outras desse tipo há no Alentejo? Empregam muitos trabalhadores?

A principal empresa nacionalizada com sede no Alentejo, quer pelo seu peso na economia nacional, quer pelo número de trabalhadores, é a "Pirites Alentejanas", de Aljustrel, com cerca de 770 trabalhadores e reservas de minério avaliadas em 200 milhões de toneladas. Outras têm ainda a sua principal actividade na região, como a Ferbritas, de Évora, que se dedica à extracção e fabrico de brita para balastro. É uma empresa criada depois do 25 de Abril, com 98% do capital da CP e que emprega perto de duas centenas de trabalhadores. Existem também empresas que se dedicam à industrialização de produtos agrícolas (tomato, cântaro, girassol, bagaço e produtos hortícolas) e que "de facto" estão nacionalizadas, embora o Governo PS sozinho aliado de facto à direita, tenha, através de gerências ligadas à CAP ou de outros processos, tentado as desnacionalizações.

— As iniciativas do Partido merecem sempre uma participação activa dos trabalhadores. Gostáramos, no entanto, que precisasses alguns aspectos dessa participação e da actividade desenvolvida nas empresas.

— Em todas elas foram feitas reuniões, discutidos os problemas principais, recolhidos relatórios, observações e sugestões, não só de camaradas nossos, mas de muitos operários, trabalhadores e técnicos que não sendo do Partido concordam em absoluto com a defesa e dinamização do sector nacionalizado e com o seu contributo para os trabalhos preparatórios da Conferência. Até à data foram feitas mais de 40 reuniões com a participação de mais de 500 camaradas e amigos.

Nalgumas empresas ou sectores surgiram dificuldades que foi preciso ultrapassar. Por exemplo, na Rodoviária Nacional, em virtude dos turnos e dos locais de trabalho se encontraram muito afastados uns dos outros foram necessárias várias reuniões e convocatórias individuais e escritas para se conseguir a participação de um número significativo de camaradas e amigos: 101 trabalhadores em 8 reuniões espalhadas pelos 3 distritos. Outro caso que nos parece de referir é o de um pequeno produtor de vinho na Ferbritas. A empresa fica a alguns quilómetros da cidade de Évora e muitos dos trabalhadores moram nos arredores, o que dificultava a mobilização. Por proposta dos camaradas da célula da Ferbritas foi feita uma reunião, na hora do almoço, no "refeitório" (é na realidade um barracão) da empresa. Foi uma reunião muito participada e atenta (para além do camarada que estava a falar, o único barulho era o dos talheres). No final ainda quiseram o "ponto político". Agora vamos avançar para um plenário com mais tempo e vagar.

— Como se avançou? Tem-se trabalhado em

todos os distritos? Queres referir alguma experiência significativa?

A primeira medida foi a criação de um grupo de camaradas que a nível da região ficaram responsáveis por coordenarem e dinamizarem os trabalhos preparatórios da Conferência. Em seguida, a nível de cada um dos distritos foram também criados grupos integrando camaradas das principais empresas nacionalizadas com sede ou centros de produção nos distritos. Avançamos depois para as reuniões de células ou reuniões alargadas conforme os casos e as condições concretas. Assim, por exemplo, os bancários, no distrito de Évora, começaram a trabalhar logo em reuniões alargadas, ao passo que o sector de transportes, em Beja, começou por reuniões de célula. Das principais reuniões foram elaborados relatórios e estamos agora a avançar nas propostas de intervenções e nos plênários de empresa.

Uma experiência

Uma das muitas experiências, a que seria bom que assistissem os homens honestos que ainda se deixam enredar nas "teses" das forças conservadoras, de direita e reacção, que parecem confundir a recuperação económica com a recuperação capitalista, agrária e imperialista, foi a primeira reunião com os camaradas das Pirites e Alentejanas. Estavam presentes 60 camaradas do Partido — os responsáveis pelas células — que, depois da exposição inicial dos objectivos da Conferência, começaram de imediato a pedir a palavra. Houve mais de 40 intervenções. Praticamente todos os sectores da empresa foram abordados. Desde os problemas do "fundo da mina" até às questões do aproveitamento integral das pirites, tudo foi abordado e discutido. Naturalmente. Inevitavelmente. E o mesmo se passou, embora a níveis diversos e com outros problemas, nas Ferbritas, na RN, na CP, na Banca e Seguros, nos CTT, na EdP, na Geimar, na Portucel, na Sagrep.

Os trabalhos preparatórios da Conferência têm sido uma experiência riquíssima a demonstrar, mais uma vez, a grande capacidade criadora das

massas trabalhadoras, elemento indispensável para uma saída democrática da crise.

— Para muitos, a recuperação económica passa pelos bolsos dos grandes capitalistas. Certamente que o Alentejo não foge à regra. Queres referir alguns casos aqui da região relativamente às nacionalizadas?

— Infelizmente não são poucos os casos em que pela mão dos dirigentes PS ("sozinhos") ou agora coligados com o CDS, tentam a recuperação capitalista.

Na Rodoviária Nacional propõem-se deixar de fazer alugueres (turismo) e sabe-se que o sr. João Ricardo (filho do patrão da ex-empresa Bolo) é um dos principais impulsionadores junto dos órgãos de Governo da criação de agências de aluguer sob a chamada iniciativa privada. O material de aluguer será, se os desejos dos capitalistas forem para a frente, da Rodoviária Nacional, mas os chorudos lucros passarão para os antigos patrões!

Na Cooperativa Hortícola do Divor, o dr. Nuno Potes Cordeiro — que é uma família de grandes agrários bem conhecidos na região — abriu as portas à recuperação capitalista e agrária e hoje os grandes agrários entram e saem do gabinete da administração como de empresa sua. O eng. Prates Canelas, que antes do 25 de Abril foi um grande "dinamizador" da Mercedor que "chupava" as mais-valias produzidas na Cooperativa, anda muito dinâmico a tentar forçar a Direcção-Geral das Industrias Agrícolas Alimentares para a criação de uma nova empresa paralela à Divor.

— Ainda mais um exemplo: Na Portucel (fábrica de Mourão) o director do Centro Guadiana é um ex-agrário. Em 1976, a gerência ofereceu menos dinheiro do que em 1975 pela palha (matéria-prima) numa clara manobra de boicote à Reforma Agrária. Actualmente, saem para Espanha divisões para a compra de palha por um preço mais elevado do que o de cá!



Discurso do camarada Álvaro Cunhal em Alpiarça

● Analisemos ponto por ponto o «plano de estabilização»

O chamado "Programa plano de estabilização" mais que um programa de recuperação económica é a continuação do plano de recuperação capitalista.

A competência técnica (mesmo que a haja) por si só não transforma uma política errada e falhada numa boa política capaz de resolver as dificuldades.

Todo o Programa do Governo está voltado para fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise.

Os salários nominais continuarão a subir mais lentamente que os preços.

Insiste-se num pseudo "pacto social" entre os chamados "parceiros sociais" que visa a imposição pelos capitalistas e pelo Governo de novas e mais graves condições de exploração e de vida aos trabalhadores.

Preparam-se novos aumentos dos preços e a redução do número e da qualidade dos produtos do cabaz de compras.

Traça-se uma política fiscal com relevo para o aumento dos impostos indirectos. Vem aí o terceiro pacote que obrigará a população trabalhadora a apertar ainda mais o cinto.

Tudo o Programa do Governo monozera as formações criadas pela revolução (empresas nacionalizadas e autogeridas, cooperativas, unidades colectivas de produção) e está por todos os recursos ao serviço do sector capitalista.

Tudo está voltado para apoiar, ajudar e estimular os capitalistas. São os milhões que o Governo se prepara para dar em indemnizações. É a declaração de empresas e sectores em situação difícil. São

os "contratos de viabilização". É a reavaliação de activos imobilizados.

O Governo vai estabelecer os chamados critérios selectivos de crédito, quer dizer que vai dar a uns, não vai dar a outros. E a quem é que ele não vai dar? Podemos estar seguros que este Governo vai dar mais aos capitalistas mas vai dar menos às pequenas e médias empresas, vai dar o menos possível do crédito agrícola de emergência às UCPs e às Cooperativas e aí só pela luta dos trabalhadores será possível arancar o crédito. Isto induzirá muitas pequenas e médias empresas a ruína se os pequenos e médios industriais, e comerciantes também, não se organizarem, porque estão interessados tal como os trabalhadores, tal como os pequenos e médios agricultores, em fazer frente a esta política que é uma política de exploração dos trabalhadores mas é também uma política de ruína e de dificuldades para os pequenos e médios agricultores, para os pequenos e médios comerciantes.

É por isso, a classe operária, tem de defender firmemente os seus interesses, tem também de saber tomar a vanguarda da defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e dos pequenos comerciantes e industriais que estão interessados tal como os trabalhadores em fazer frente a esta política de exploração do grande patronato.

O crédito bancário, reservado em grande parte para as empresas capitalistas, e as empresas públicas serão obrigadas a recorrer à emissão e venda de obrigações que as irão

endividar ainda mais. O Governo intenta assim estabelecer "regras de jogo" que deem às empresas capitalistas a possibilidade de derrotarem as nacionalizadas naquilo a que se chamou "coexistência concorrencial agora chamada "coexistência emulativa", de forma a criarem condições para o futuro assalto dos capitalistas aos sectores nacionalizados.

O grande capital privado de novo é erigido em valor sacrossanto da economia nacional. O Estado compromete-se a não intervir no sector privado do comércio externo. Afirma uma fantasmagórica vocação privada do turismo. Admite novos aumentos da taxa de juro que provocará a ruína de muitas pequenas e médias empresas, sacrificadas no altar do grande capital.

Regressa a concepção do tempo da ditadura dumha estratégia de desenvolvimento assente nos sectores que produzem bens de exportação.

E de novo se cantam loas à integração no Mercado Comum esquecendo que, dado o atraso do desenvolvimento económico de Portugal em relação aos países desenvolvidos, o desaparecimento das defesas aduaneiras condenaria a maior parte das actividades económicas nacionais à completa ruína a que seriam conduzidas pela concorrência dos produtos importados.

Os esquemas de ataque às nacionalizadas são mais subtils, mas nem por isso menos eficazes. O anúncio da criação de instituições de investimentos e de desenvolvimento regional são o princípio de um sinuoso caminho

para a criação de bancos privados. Anuncia-se o propósito de entregar como indemnizações, ou vender aos capitalistas as participações do Estado em empresas parcialmente nacionalizadas o que corresponde à intenção de cortar uma grossa fatia ao sector público para entregá-lo ao sector privado.

O propósito de tirar às empresas-mãe nacionalizadas empresas que fazem parte do grupo e estão ligadas num mesmo processo produtivo (caso da CUF, caso da entrega do capital privado do Forno de Cal e da Central de Oxicénio da Siderurgia) podem conduzir a algumas empresas nacionalizadas a situações angustiosas.

O ataque ao sector público e a recuperação capitalista manifestam-se no plano de prosseguir as desintervensões, com critérios que anunciarão relatórios da OCDE e do Banco Mundial: entregando aos capitalistas as empresas rentáveis e deixando falir as não-rentáveis.

É também esboçado o facto de que o Programa do novo Governo não trata praticamente das empresas em autogestão e cooperativas industriais, de que os trabalhadores de Alpiarça têm vários exemplos em que os trabalhadores desenvolveram extraordinários esforços para manter as empresas em laboração e resolver os seus complexos problemas.

Quanto à Reforma Agrária, o Governo insiste em aplicar a "lei Barreto", lei da contra-reforma agrária, lei da restauração dos latifúndios, lei das terras abandonadas e do desemprego.

Se assim for, tal política, além de criar inevitavelmente graves

conflitos sociais, dará nova e forte machadada na produção agrícola e na economia nacional.

No debate sobre o Programa do novo Governo, ouvimos o Primeiro-Ministro dizer que a lei não se deve aplicar na ponta das baionetas. Bom seria que esta afirmação tivesse realmente um sentido crítico e autocrítico e que, em consequência, se não assista mais no Alentejo e Ribatejo a acções degradantes como aquelas que foram ordenadas por Barreto e Portas.

É necessário também que se não desenvolvam outros esquemas, menos brutais, mas não menos repressivos, visando a destruição da Reforma Agrária, como o corte continuado dos créditos a dificuldade de escoamento dos produtos agrícolas, a falta de apoio técnico, a retenção da cortiça e o não pagamento dos produtos que devem às Cooperativas e às UCPs, o congelamento de recursos, a tentativa de enviarem contabilistas e técnicos para dirigirem as UCPs como forma de ingerência na sua gestão.

O "programa de estabilização" renuncia voluntariamente a um objectivo essencial para a recuperação económica: o aumento da produção nacional.

Não traça com suficiente nitidez um outro objectivo essencial para a recuperação financeira: a diminuição dos consumos sumptuosos e dispensáveis.

Não produzindo, nem economizando substancialmente mais, mantém-se o desequilíbrio básico da economia portuguesa e, por esse andar, Portugal atolar-se-á cada vez

mais no pântano dos défices e da dívida externa.

O recurso aos empréstimos externos, tal como tem sido feito e o novo Governo projecta fazer não resolve os problemas de fundo, que estão na origem dos gigantescos défices da Balança de Pagamentos.

Obtendo dinheiro emprestado para pagar esses défices, o Governo adia o momento da rotura financeira, mas agrava ainda mais os desequilíbrios, as carências e os encargos da economia portuguesa que adiante será confrontada com novos momentos de exaustão de recursos, com a corda dos empréstimos cada vez mais grossa e mais apertada ao pescoço.

Com tais empréstimos externos o Governo resolverá dificuldades de tesouraria mas não construíra uma economia nacional que garanta ao Povo português um futuro próspero e livre.

O chamado "programa de estabilização", a ser levado à prática, significará que dentro de um ano, Portugal não produzirá sensivelmente mais, não terá alargado muito as suas exportações, terá vendido ou hipotecado mais umas boas toneladas de ouro, deverá ao estrangeiro cerca de 250 milhões de contos e terá de pagar anualmente ao estrangeiro 15 ou 20 milhões de contos de juro.

O Programa do Governo não é o caminho para a recuperação económica. É o prosseguimento do caminho para o desastre financeiro e a cada vez maior dependência em relação ao imperialismo.

o país real que somos? qual é afinal?

Há quem pretenda justificar a política de recuperação capitalista e a ofensiva que visa a liquidação das grandes conquistas da revolução, por uma suposta realidade nacional que seria, não a realidade saída do 25 de Abril, mas aquela que existia no tempo do fascismo.

Falam no "país real que somos", como se continuássemos a ser aquilo que éramos em resultado da imposição pela força, pela violência, pelo terror fascista, da exploração, dos interesses e do poder dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

A reacção e, todas as forças do passado procuram fazer crer que o "país real" é o país de antes do 25 de Abril e que por isso há que eliminar destruir e apagar tudo quanto de libertador e renovador a Revolução portuguesa trouxe ao nosso Povo e ao nosso País.

Por isso é necessário manter bem viva a ideia de que as estruturas económicas sociais e políticas criadas pela ditadura fascista ao longo de quase meio século, nada tem que ver com a natureza profunda do povo e da nação, e que foi o 25 de Abril, foi a Revolução portuguesa, que, com as transformações realizadas na vida económica, social e política, restituiu ao Povo português e à Pátria portuguesa a sua dignidade e a sua verdadeira projecção.

O "país real que somos" não é o Portugal da ditadura fascista, mas o Portugal que vive e respira as liberdades democráticas trazidas pelo 25 de Abril.

O "país real que somos" não é o Portugal dos colonialistas que exploraram e oprimiram povos e lhes faziam uma guerra cruel para tentar abafar a sua luta pela independência, mas o Portugal que retomou as melhores tradições do seu povo e o seu prestígio internacional, reconhecendo o direito à completa independência dos povos submetidos ao colonialismo e estabelecendo as bases dum cooperado fraternal, em pé de igualdade e respeito mútuo, com os povos livres de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

O "país real que somos" não é o Portugal explorado, sugado, tiranizado pelos grupos monopólios e pelos latifundiários, mas o Portugal em que os sectores básicos da economia foram nacionalizados e grande parte dos latifúndios foram expropriados pela Reforma Agrária e são cultivados pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores libertados da exploração.

O "país real que somos" não é o Portugal em que os governantes tudo ordenam e o povo em tudo obedece, em que o povo é uma massa inerte e passiva, ou um cavalo que os governos montam e a que cerram o freio, mas o Portugal onde é lei fundamental o respeito pelos direitos liberdades do cidadão e onde pelos mecanismos constitucionais é o povo quem mais ordena.

Uma política que assente numa ideia falsa da realidade portuguesa dos dias de hoje não conseguirá resolver no quadro democrático, nenhum dos grandes problemas nacionais.

● O «erro histórico» do PCP...

Creio que estareis de acordo, camaradas que não foi um "erro histórico" termos votado contra a moção de confiança.

Erro histórico teria sido se o PCP voltasse a moção de confiança a um Governo que em 16 meses de vida, levar a cabo uma violenta política contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução e que não dava nenhuma garantia de modificar o rumo dessa sua política.

Erro histórico teria sido se o Governo tivesse passado na Assembleia da República graças aos votos comunistas, para que no dia seguinte, o Governo, Barreto, Portas e companhia continuassem a arrancar terras, gados, máquinas, searas às UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, continuassem a enviar forças militarizadas a apertar os trabalhadores, continuassem a arrancar aos trabalhadores, para restituir ao

patronato sabotador, empresas que os trabalhadores, com os seus esforços, os seus sacrifícios, o seu talento tinham salvo da falência e do encerramento, continuassem a atirar contra o povo trabalhador pacotes atrás de pacotes de altos preços, de novos impostos, de despedimentos, e a atirar para os bolsos dos capitalistas milhões e milhões de contos de indemnizações.

O voto do PCP contra o Governo foi o único voto justo de um partido que se orgulha de ser o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o partido da Reforma Agrária e dos pequenos e médios agricultores, o partido que sempre tem sido e se manterá sempre fiel ao compromisso assumido perante o Povo português de defender, seja em que circunstâncias for, os seus interesses, as suas aspirações, os seus objectivos.

● Que esforço exige a resolução da crise económica?

Esse esforço é possível, mas, para que seja possível, alguns pressupostos são essenciais. Que se respeitem as diversas formações económicas, isto é, que pare a ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista para se poder trabalhar em paz. Que se não toque nas nacionalizações. Que se não toque na Reforma Agrária. Que se mantenham os limites entre o sector privado e os sectores não capitalistas e se reconheça a cada qual a sua dinâmica própria. Que, nessa base, o País se lance ao trabalho, para sair da crise, para lançar as bases dumha política de desenvolvimento, para assegurar a independência nacional.

Não é pendurando pelo pescoço Portugal na corda dos empréstimos do FMI, que alguma vez venceremos as dificuldades. É indispensável tudo fazer para aumentar a produção nacional, designadamente quando pesam as componentes internas, quando se trata de artigos que actualmente se importam e quando se trata de artigos que se possam exportar.

É indispensável fazer economias, cortando não no estômago do trabalhador, mas nos gastos sumptuosos dos ricos, fazendo guerra aos défices, lançando uma verdadeira campanha nacional contra os desperdícios.

É indispensável aumentar as exportações pela diversificação dos mercados e reduzir drasticamente, por taxas e contingentações, as importações de artigos supérfluos e não essenciais.

● Mais deputados a apoiar não fazem certa uma política errada!

A crise do Governo que levou à sua queda em 8 de Dezembro não foi apenas a consequência da errada fórmula de governo — Governo do PS sozinho aliado de facto à direita — mas também a consequência do fracasso monumental da sua política de recuperação capitalista, latifundista, e imperialista, que conduziu o país à beira da bancarrota.

É uma ilusão pensar que o facto de poder haver na Assembleia da República uma maioria estável de apoio ao prosseguimento de uma política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, val impedirá a repetição do seu fracasso e dos seus efeitos desastrosos.

Uma política errada, (e, cujo erro de base está já provado pela experiência) não passa a ser um boa política pelo facto de ter mais uns tantos deputados a apoiá-la fielmente.

Na que respeita às grandes

linhas da política económica e financeira, o Governo PS-CDS repete, no essencial, as mesmas receitas que falharam em 16 meses de Governo do PS.

O Governo PS-CDS não significará um sucesso, mas um novo fracasso.

O Governo terá pé para andar, mas também os tem para cair.

Porque o dia chegará, na medida em que as dificuldades aumentem, em que mais uma vez se mostre que esta política de recuperação capitalista não serve o nosso País, não serve o nosso Povo, o dia chegará em que se imporá uma alternativa democrática, ou seja a substituição desta política de recuperação capitalista e latifundista por uma política democrática e progressista que tenha em conta as transformações que se operaram no nosso País depois do 25 de Abril; ou seja, o respeito pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelos interesses dos trabalhadores.

● De que forma encara o PCP a oposição ao Governo?

O Governo tem uma perigosa composição política e um mau programa.

Lutaremos contra esta fórmula de governo e contra a política que anuncia no seu programa.

Como sempre fizemos julgaremos no concreto cada decisão e cada acto do Governo. Se porventura houver uma decisão ou um acto que consideremos útil e correcto, tomaremos uma posição positiva.

Se, por exemplo, o Governo acabar com o corte do CAE às UCPs e Cooperativas, nós diremos: Apoiamos, é uma medida acertada.

Se o Governo resolver garantir de facto a posse da terra às UCPs e Cooperativas para que se possam lançar ao trabalho, nós diremos também: Apoiamos, é uma medida acertada. Mas em relação a decisões

e a actos que consideremos serem contrários aos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, porém em causa as liberdades e as outras conquistas da revolução, comprometemos o regime democrático e a independência nacional, tomaremos naturalmente uma firme atitude de oposição.

A acção do nosso Partido desenvolve-se no quadro das instituições e da vida democrática definidas na Constituição.

Só a reacção e os aventureiros esquerdistas pretendem alterações da situação política utilizando meios inconstitucionais. A estabilidade do regime democrático serve os interesses do nosso povo.

Mas, precisamente por isso, o PCP não renunciará na defesa do que considera justo, e a nenhuma das liberdades e direitos que a Constituição confere aos partidos e aos cidadãos portugueses.

Vila Franca de Xira: uma forma diferente de encarar os problemas das autarquias

A organização do Partido para as autarquias locais e um balanço sumário da actividade desenvolvida no ano transacto, foram os principais pontos debatidos no Encontro dos militantes comunistas das autarquias do concelho de Vila Franca de Xira, realizado no passado domingo na Casa do Povo daquela vila.

No concelho de Vila Franca — o único do distrito de Lisboa onde a FEPU está em maioria — o problema autárquico é encarado numa forma distinta do que sucede na maioria dos concelhos. Já não se discute ali se os órgãos funcionam ou não, mas sim como funcionam.

Não é portanto de estranhar que no Encontro pouco se falasse do muito que de positivo se fez ao longo da gestão democrática, e antes se dedicasse especial atenção aos erros cometidos, às lacunas a preencher, às necessidades da população que importa de imediato atender.

As intervenções, profundamente críticas, incidiram sobretudo na necessidade de reforçar a ligação com as populações, a todos os níveis do poder local. Assim, no tocante ao funcionamento da Assembleia de Freguesia e Municipal, viu-se a urgência de incentivar a realização das suas sessões públicas fora das sedes de freguesia e do concelho, como meio de possibilitar a participação popular, nomeadamente a residente nas zonas rurais, que mais dificuldades têm em se deslocar. A divulgação das sessões também deverá ser mais cuidada, quer através da colocação de vitrines para afixação das convocatórias, como se fez em S. João das Montes, quer por outras formas acessíveis a toda a população.

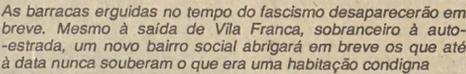
Quanto ao funcionamento da Assembleia Municipal — a que mais vezes reuniu em todo o país — considerou-se indispensável salientar o seu carácter deliberativo,

combatendo as tendências de sobrevalorização do executivo e mesmo a ideia de que o presidente da Câmara tudo decide.

O funcionamento colegial da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é sem dúvida exemplar. Mas importa que a população disso seja informada. Com efeito, as decisões do município só são tomadas após as reuniões inter-autarquias (RIAs), em que participam todas as Juntas de Freguesia, incluindo as três do concelho onde o PS está em maioria. O próprio Plano de Actividades só foi elaborado após uma consulta às diversas freguesias, onde o executivo se deslocou.

Outro dos pontos mais longamente debatidos foi o da mobilização popular. A propósito, seria salientada a necessidade de dar a conhecer à população as dificuldades com que se debatem os órgãos autárquicos, desde a burocracia que empenha o seu funcionamento às dificuldades económicas (este ano o município ainda não recebeu qualquer verba, nem sequer os duodécimos — 1/12 da verba recebida em 1977 — previstos na lei).

As barracas erguidas no tempo do fascismo desaparecerão em breve. Mesmo à saída de Vila Franca, sobranceiro à auto-estrada, um novo bairro social abrigará em breve os que até à data nunca souberam o que era uma habitação condigna



As barracas erguidas no tempo do fascismo desaparecerão em breve. Mesmo à saída de Vila Franca, sobranceiro à auto-estrada, um novo bairro social abrigará em breve os que até à data nunca souberam o que era uma habitação condigna



A iniciativa popular, apoiada pelo órgão autárquico democrático, pôs em funcionamento uma creche acessível a todos. As crianças de Alverca já não são obrigadas a ficar pelas ruas enquanto os pais trabalham



Habitação clandestina, um flagelo que ficou dos tempos do fascismo. A sua recuperação, embora lenta e difícil, não está longe de ser uma realidade

Odemira: a iniciativa criadora das Comissões de Moradores

As Comissões de Moradores, organizações populares de base com personalidade jurídico-constitucional, constituem uma das mais importantes frentes do movimento popular de massas, quer pelo seu carácter intrinsecamente unitário quer pelo seu imenso campo de acção na luta pelo bem comum.

Como a experiência já amplamente demonstrou, lá onde a população organizada conta como o apoio das autarquias locais muitos são os problemas que, malgrado as inúmeras dificuldades a vencer, é possível resolver. O concelho de Odemira é um bom exemplo disso.

Como foi divulgado no I Encontro Regional dos Eleitos da FEPU no Alentejo, a Câmara Municipal de Odemira preocupou-se desde a primeira hora em esclarecer a população da importância, para a resolução colectiva das suas enormes carências, de se organizar independentemente da ideologia que cada um professe.

Em cada aldeia, em cada lugar, mesmo nas zonas longínquas do interior da serra, os plenários multiplicaram-se, as Comissões de Moradores foram sendo eleitas. Sempre com a inclusão de mulheres e jovens, cuja percentagem na

composição das Comissões de Moradores oscila hoje entre os 25 e os 35%.

Embora na opinião dos responsáveis pelo município seja prematuro tentar desde já avaliar em profundidade a actividade das organizações populares de base no concelho de Odemira, o incontestável é que as Comissões de Moradores, mesmo as formadas em locais onde a reacção impera, têm desenvolvido um trabalho positivo. Para tanto contribuiu sem dúvida o grande apoio dos órgãos autárquicos, nomeadamente a Câmara, em cujas reuniões as Comissões de Moradores são chamadas a participar e onde as deliberações procuram ir sempre de encontro às necessidades e aspirações das populações. Basta dizer que a prioridade de melhoramentos assim como as dos projectos a elaborar só são aprovadas após o seu parecer.

A Câmara, que durante o ano transacto realizou mais de duzentas reuniões com as Comissões de Moradores, reconhece que estas foram efectivamente a principal ajuda com que o município pôde contar.

Dadas as fracas disponibilidades económicas de Odemira, a gigantesca obra de reconstrução do concelho (o maior do país) não se poderia ter iniciado sem a colaboração permanente dos vários sectores da população, em que se salienta o apoio dado pelos trabalhadores da Reforma Agrária, nomeadamente através da cedência gratuita dos tractores e rebocues de diferentes UCPs e do trabalho voluntário de muitos trabalhadores agrícolas.

Os frutos da colaboração

Durante o ano findo a participação da população, através das suas 57 Comissões de Moradores, corresponde a trinta e três jornadas de trabalho, a três mil

seiscentos e cinquenta dias de trabalho e aproximadamente a um valor de mão-de-obra de mil e cem contos.

Das obras realizadas pela população (algumas ainda em curso), podemos referir oito campos de jogos (melhoramentos e construções); 36 km de estradões e arruamentos; três pontões; 4 lavadouros; quatro banheiros; cinco centros de convívio (reparação e início de construção); reparações em doze escolas; limpeza de quatro poços; colocação de dois abrigos de transportes colectivos; uma rede de água e esgotos.

O valor total das referidas obras ultrapassa os seis mil contos. Para a concretização de todas elas contribuiu de forma decisiva o espírito de iniciativa e a mão-de-obra das populações, os fundos obtidos em cerca de cem festas de convívio organizadas pelas Comissões de Moradores e muitas horas de utilização gratuita de maquinaria que não foram consideradas no cálculo global.

A importância desta estreita colaboração entre o município e a população — em termos

que não são meramente económicos — ficará ainda mais clara se se tiver em conta que se a Câmara Municipal de Odemira tivesse de realizar estas obras, dispenderia uma verba superior a dez mil contos!

E a actividade das populações de Odemira, organizadas nas suas Comissões de Moradores, continua. A entrada do novo ano ficou assinalada com novas jornadas de trabalho voluntário.

Desta vez o exemplo veio do Monte dos Troviscais, na freguesia de S. Luís, com o arranjo de mais um caminho que se encontrava praticamente intransitável. Com esta jornada, a população, que contou com a ajuda da Reforma Agrária e da Câmara na cedência da maquinaria, evitou ao município a despesa de cerca de vinte mil escudos. E resolveu de imediato o seu problema.

Também em Amoreiras-Gare o trabalho avança. Desde tempos imemoriais que se verificavam inundações naquele lugar sempre que chovia. Posto o problema à Câmara e vista

a necessidade da construção de um esgoto de águas pluviais que teria de atravessar a estrada nacional, foi contactada a Direcção-Geral de Estradas e conseguida a autorização para a obra. No próximo inverno as inundações já não afligirão certamente a população das Amoreiras.

Em Pereiras-Gare, por seu turno, trabalha-se actualmente na construção de um campo de futebol e prosseguem os esforços para se conseguir uma escola primária, para a qual já se conseguiu arranjar terreno. Dos trabalhos efectuados por iniciativa da respectiva Comissão de Moradores salienta-se entretanto o calçamento de ruas, a construção de estradas, três pontões, a electrificação de uma rua, a criação de um posto médico e de um posto de ensino preparatório, bem como o corte de uma curva perigosa numa estrada onde os acidentes começavam a preocupar.

Como se compreendêr, muito do trabalho realizado ficou por dizer. Mas o pouco que se disse mostra sem dúvida qual a actividade possível num concelho de gestão democrática.

A construção clandestina debatida na Ameixoeira

O problema da habitação clandestina e as formas de o resolver constituíram o tema principal da sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia da Ameixoeira, realizada na passada sexta-feira.

Com o salão do Clube Recreativo local completamente cheio, a sessão, muito participada, contou com a presença dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, Silva Graça (FEPU) e Peres Fernandes (PS).

Na freguesia da Ameixoeira o surto de construção clandestina de maior relevo (mas não o único) situa-se na Torrinhã, uma zona rural em princípio destinada, segundo o Plano Director da cidade, a zona verde, onde hoje existem mais de mil fogos.

Pesada herança do fascismo, os clandestinos têm vindo a aumentar nos últimos anos devido sobretudo

à escassez do parque habitacional de renda social, à especulação e à incapacidade do Governo em dar uma resposta eficaz a tão grave situação.

Como salientaria Silva Graça, importa distinguir entre os clandestinos pobres erguidos por sectores da população que não conseguem resolver o problema de outra forma, e os construídos para especulação. Os primeiros, frisou, poderão ainda ser tolerados, enquanto não se encontrar solução para o problema, mas os outros deverão ser severamente reprimidos, quer através de expropriação para habitação social, quer, quando detectados no início da construção, através da demolição pura e simples.

A sensibilização das populações para a gravidade do surto clandestino é tanto

mais urgente quanto se avolumam as dificuldades para a sua recuperação e se agravam as condições de vida desses agregados. Este último aspecto seja bastante realçado no decorrer das intervenções dos municípios, que para além dos contenciosos existentes com os senhorios se queixaram sobretudo da falta de arruamentos, de rede de esgotos, de electrificação, de recolha de lixos, etc.

Como formas possíveis para resolver o problema da habitação e dos clandestinos, Silva Graça apontaria a nacionalização e municipalização dos solos previstos na Constituição, a aprovação de legislação favorecendo os inquilinos e não os senhorios ricos, a cedência de terrenos às Cooperativas de Habitação em boas condições e a doação de verbas aos municípios que lhes permitam responder às

solicitações da população.

Peres Fernandes, por seu turno, estando embora de acordo na generalidade com Silva Graça e nomeadamente com a nacionalização dos solos, considerou que esta não é viável de imediato, pelo que se deveria procurar resolver o problema através das Cooperativas de Habitação. A sua intervenção viria a suscitar, por parte da assistência, uma crítica à forma como actualmente (não) são cedidos terrenos às Cooperativas de Habitação Económica, que na prática apenas poderão levar à sua desmobilização e ao seu desaparecimento.

A Assembleia aprovou ainda uma moção que se pronuncia pela imediata suspensão da construção clandestina, melhoria urgente das infra-estruturas e levantamento da zona para elaboração de um plano de recuperação e urbanização.

Encontro em Faro

Com a intenção de aprofundar os aspectos que têm caracterizado o funcionamento das autarquias e fazer ouvir a voz dos comenheiros eleitos, deliberou a Comissão Coordenadora Distrital de Faro da FEPU levar a efeito, naquela cidade, no próximo domingo, o I Encontro Distrital de Eleitos da FEPU.

Os trabalhos, abertos à participação de todos, incidirão sobre os temas: freguesias e órgãos populares de base; problemas decorrentes da nova legislação; estrutura e funcionamento do executivo e reestruturação dos serviços; saneamento básico, infra-estruturas, electrificação e viação rural; ordenamento físico, urbanismo e habitação.

Turismo Local e Regional

Com o objectivo de debater e analisar o papel e o espaço reservados ao Turismo Local e Regional bem como as relações existentes e a desenvolver entre os diversos órgãos e entidades ligadas ao sector, vai realizar-se nos próximos dias 13, 14 e 15 de Março, no Hotel Penta, em Lisboa, o 1.º Congresso do Turismo Local e Regional.

Aos trabalhos do Congresso, cuja participação efectiva é reservada aos representantes dos municípios, das Comissões Municipais de Turismo, das Juntas de Turismo e das Comissões Regionais de Turismo, mediante inscrição,

poderão ainda assistir representantes de sectores de algum modo ligados a este campo, bem como os órgãos de comunicação social.

As teses a apresentar ao Congresso, que se espera viam a ser um bom contributo para o desenvolvimento do Turismo Local e Regional, deverão versar, entre outros temas, a demarcação de zonas de turismo — descentralização e regionalização; estrutura, orgânica e composição dos órgãos locais e regionais de turismo; cooperação dos sectores público e privado; turismo cultural e tempos livres; promoção turística interna.

Que critérios adopta a Câmara de Gaia para a atribuição de verbas?

Haverá algum critério objectivo a que obedeça a atribuição de verbas para as obras camarárias em Vila Nova de Gaia?

Esta pergunta justifica-se na medida em que se verificou, por exemplo, na última sessão camarária a adopção de duas decisões manifestamente contrárias ao interesse público. Uma delas, relativamente à pavimentação de uma rua com cento e poucos metros e reduzido movimento; outra, abrindo concurso para o arranjo de uma represa, sita em Grijó, pertencente a um proprietário.

Ninguém põe em causa a necessidade da reparação da Rua Pinho Valente, onde ainda recentemente um taxi sofreu uma avaria grave, cuja reparação ascendeu a 17 contos. Todavia, como referiu o vereador eleito pela FEPU, Neves Fernandes, o movimento de tráfego da arteria não justifica, de modo nenhum que nela se dispenda cerca de mil e quinhentos contos. Tratando-se ainda mais de um concelho onde há numerosas ruas em mau estado, uma delas, como recordou um munícipe na sessão, na Madalena, a Av. Gomes Júnior, que ainda há dias foi cenário de um acidente mortal, provocado pelo mau estado em que se encontra. Por outro lado, mesmo nas imediações da Pinho Valente, há suas artérias muito movimentadas a pedirem obras há muito.

Quanto à represa da «Veluda», em Grijó, onde a edilidade pretende fazer obras, o concurso também aprovado na última sessão (com base de licitação de 350 contos), é ainda mais discutível. Trata-se de uma propriedade privada, devendo a área, que é urgente (duas crianças já ali morreram afogadas), ser feita a cargo do dono, ainda que a tal tenha de ser compulsivamente obrigado pela Câmara.

A Câmara de Penela não garante assistência aos assalariados

A Câmara Municipal de Penela, dirigida pelo PPD/PSD, não parece preocupar-se muito com os mais elementares direitos dos seus assalariados. Com efeito, não se vislumbra qualquer pressa em inscrever na Previdência os trabalhadores que passam os dias frios deste inverno a abrir valas nas ruas.

Bastará uma gripe mais forte, ou um acidente de trabalho para que esses homens, e as respectivas famílias, fiquem a braços com o problema (agravado) de sobreviver, sem direito a qualquer assistência.

Esquecem os senhores do PPD que a lei é para se cumprir. Esquecem que entre esses trabalhadores talvez haja quem neles tenha votado. Um engano, certamente, que se paga caro, com os trabalhadores e a população já começam a compreender.

Organização de reformados em Linda-a-Pastora

Reunidos a semana passada nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora, os reformados daquela localidade elegeram a sua nova comissão representativa e debateram a situação actual em que se encontram.

No decorrer da reunião participaram representantes da comissão distrital de Lisboa, da comissão administrativa da Caixa Nacional de Pensões e do Movimento dos Reformados do concelho de Oeiras, foi aprovada por unanimidade uma moção, posteriormente enviada à Presidência da República e aos grupos parlamentares do PS e do PCP, exigindo a urgente resolução dos problemas que mais afectam os reformados e a terceira idade.

Os participantes na reunião observaram ainda um minuto de silêncio em homenagem aos antifascistas mortos no campo de concentração do Tarrafal.

Assembleia Municipal de Almada comemorou o seu 1.º aniversário

Comemorando o primeiro aniversário da sua tomada de posse, a Assembleia Municipal de Almada reuniu-se em sessão extraordinária, na passada quinta-feira, na Sociedade Incrivel Almadense.

Nesta importante sessão, a que assistiu inúmera público foi apresentado um trabalho de levantamento cultural do concelho, elaborado, a pedido da Câmara Municipal, pelo dramaturgo Romeu Correia, membro daquela Assembleia.

No início da sessão foram lidas mensagens de saudação dos representantes da FEPU e do PS que, recordando embora as dificuldades criadas ao funcionamento das autarquias locais, salientavam o que durante um ano de actividade foi possível fazer em benefício das populações, independentemente das opções partidárias, num espírito de unidade e colaboração na defesa dos interesses das massas populares.

«Almada-autarquias-povo»

A obrigação de informar o Povo da actuação das autarquias que elegeu, dos problemas existentes, das dificuldades que impedem a resolução das carências, dos êxitos conseguidos e dos lapsos verificados, são a razão de ser da nova publicação recentemente editada pela Câmara Municipal de Almada.

O novo órgão informativo, intitulado «Almada-autarquias-povo», pretende ser um espelho da administração do concelho pois, como se salienta no editorial, as autarquias não podem ser órgãos fechados mas, antes, serem transparentes, de paredes de vidro, por onde se possa olhar... e ver.

Destruição de placas toponímicas em Abrantes

A célula do hospital distrital de Abrantes do PCP aprovou recentemente, por unanimidade, uma moção de repúdio pela manifestação fascista realizada na madrugada do passado dia 8 por um grupo nazi, que viria a destruir as placas toponímicas com o nome de antifascistas. Na referida moção, que manifesta a solidariedade daqueles camaradas para com o representante da FEPU na Câmara Municipal pela sua atitude patriótica aquando da discussão do assunto em causa, exige-se que o município reponha de imediato todas as placas com os nomes daqueles que simbolizam, no seu conjunto, um passado de abnegação e luta pelos direitos dos explorados e oprimidos.



Trabalhadores da UCP «Lutar e Vencer» de Madeiros, Couço, falando ao «Avante!»

«Lutar e vencer»: uma UCP do Couço na defesa da Reforma Agrária

Alli em Madeiros, freguesia do Couço, concelho de Coruche, numa área de cerca de 2 300 hectares trabalhavam no tempo dos agrários cinco homens. Hoje trabalham 25 trabalhadores permanentes e, as mais das vezes, 12 eventuais. Onde o gado era pouco e a terra se encontrava quase toda a mata, hoje nascem novas culturas e crescem as pastagens porque aumentam os efectivos do gado. Isto tudo porque, nestas terras de cerca de 2 300 hectares, se encontra a UCP «Lutar e Vencer».

Constituída no fim de Setembro de 1975, esta unidade colectiva resultou da fusão, decidida pelos trabalhadores, de diversas propriedades expropriadas. Aqueles que trabalharam nestas propriedades no passado, dizem como o Tio António de 69 anos dos quais 54 de trabalho na agricultura:

«Tinha eu nove anos e já andava aqui por estas charnecas a trabalhar, quase sempre a cavar terra para arroz. Andava por dia 7 e 8 horas para ferar ao trabalho. Até enverzei com tanto frio e fome que passei. Hoje tudo isto aqui está limpinho. Depois de formada a cooperativa, posso dizer que para a vida que tive, sourico».

Um outro trabalhador recordando os tempos em que a vontade dos agrários fazia lei, afirma-nos:

«Antes nem tínhamos trabalho, não ganhávamos muito nem pouco. Não havia

ai uma pinga de água. Não havia ai um vale que não estivesse cheio de balsas e de juncos. Porque eles não queriam dar trabalho de forma nenhuma. Deixavam as terras a mata, utilizando-as só para as suas caçadas».

Se mais não é feito, a culpa cabe ao Governo

O processo de transformação iniciado com a formação da UCP «Lutar e Vencer», encontra-se ainda no seu início e contra ele, quer nesta zona, quer em todas as outras onde nasceram unidades colectivas erguidas com o esforço dos trabalhadores, erguem-se as manobras da reacção, a falta de apoio, e mesmo o boicote do aparelho do Estado. Mesmo assim muito já foi feito. Falamos um dirigente do UCP:

«Ocupámos as terras porque os agrários, que tinham sido obrigados a empregar-nos quando o Sindicato nos distribuiu para as terras, despediram novamente toda a gente. Andávamos, na altura, na apanha da cortiça. Temos casas de filhos mas eles não ligaram a isso. E então avançamos para a ocupação. Nestas terras nada estava feito. Existiam 159 cabras e 17 vacas. Graças ao nosso trabalho existem hoje rebanhos de 287 cabras e temos 92 vacas.»

«Temos planos para levar o número de cabras até cerca de 1 000 e o de vacas até 100; mais não poderá ser porque estas terras são quase todas de sequeiro».

Um outro dirigente da UCP acrescenta:

«Tínhamos nestas terras apenas uma represa muito pequena que nem água tinha. Pois fizemos quatro barragens novas e temos

planos para irrigar mais 20 hectares de terra. O que nos falta é o apoio financeiro e técnico do Governo. Então agora com o CDS no Governo, sabemos que podemos contar unicamente com as nossas forças. As dificuldades são de toda a ordem. Já metemos os papéis à Hidráulica mas tudo está emperrado. Entretanto as águas estão-se a perder. Se o Governo nos tivesse ajudado, pelo menos metade da barragem estaria feita e as águas estariam a ser aproveitadas, podendo aumentar-se a cultura de regadio. Poderíamos ter feito uma seara de arroz e outra de tomate e assim só fizemos uma seara de milho por causa das águas serem poucas».

Relativamente à existência de máquinas no tempo de ocupação, também nestas terras, era visível a descapitalização da agricultura cujas responsabilidades cabem por inteiro aos agrários e ao regime que alimentava o seu parasitismo. Diz-nos um outro dirigente da UCP:

«Praticamente não existiam máquinas. Deixaram nestes 2 300

hectares, um tractor, um reboque, uma grade de discos. Tudo coisas antiquadas. E nós como tivemos necessidade tivemos de comprar novas máquinas: dois tractores, dois reboques, duas grades de disco e dois escarificadores, três charruas, uma pá metálica e um rebaxador. Isto tudo era só mato, mato da altura de um homem. Hoje é como vêem: avela para gados, novas culturas, mais regadio e os tractores não param para escavar mais mato e dar lenhas».

Ainda a questão da cortiça a travar muitas UCPs

Apesar dos progressos alcançados, muitas são as dificuldades que travam o desenvolvimento desta e de outras unidades. Uma delas, uma das mais escandalosas deriva da aplicação do célebre decreto 260/76 pelo qual o Governo arrebatou para si 75% de toda a cortiça das UCPs, medida contra a qual se levantam decididamente milhares de trabalhadores agrícolas. Esclarece-nos um dirigente da «Lutar e Vencer»:

«Para ter ideia dos efeitos desta medida nesta UCP é preciso notar que, dadas as suas características de sequeiro, vive quase exclusivamente da cortiça. O Governo, que não meche na cortiça dos agrários, arrebatou-nos 75% do total que aqui produzimos e que equivale a cerca de 8 000 contos. Os 25% da produção de cortiça, que nos deixou, não podem, de modo nenhum, ser suficiente para que os trabalhadores possam sobreviver. Temos absoluta necessidade dos 8 000 contos. Os trabalhadores não querem o dinheiro para o pôr no banco mas para investirem na terra. E investir na terra é investir no país, ganhar melhor dias para o povo. Nós, tal como as outras unidades atingidas, não podemos consentir isto. Por isso constituímo-nos uma comissão negociadora com elementos dos Sindicatos Agrícolas, dos Secretariados das UCPs e com representantes de pequenos e médios industriais da cortiça que também são gravemente afectados, para não deixar que esta grande injustiça vá para a frente».



A questão da cortiça continua a levantar vivos protestos por parte das UCPs e Cooperativas às quais o Governo arrebatou 75% desta produção



Um resultado do esforço dos trabalhadores: o número de cabras aumentou de 159 para 387 cabeças, esperando-se, no futuro, atingir perto de mil cabeças de gado caprino

Problemas de comercialização agitam os agricultores

De Norte a Sul do país, pequenos e médios agricultores continuam a enfrentar o grave problema de escoamento e de comercialização dos seus produtos. Eis, a este respeito, o testemunho de um agricultor do Algarve:

Hoje no Algarve o grosso dos produtos hortícolas é mandado para Lisboa, ficando o produtor, por vezes, 15 e mais dias sem saber o valor dos produtos que envia. Além disso, os preços destes produtos variam de dia para dia e é conhecido de todos o número sem fim de intermediários pelos quais os produtos correm. Há que falar também no transporte destes produtos para Lisboa, pois está sendo feito por companhias e pessoas particulares que levam preços altos pelos serviços de transporte. No caso dos outros produtos do Algarve sabe-se, por exemplo, o circuito de compra dos «Frutos Secos» roda desde os grandes exportadores até ao pequeno comerciante que anda pelos campos juntando os produtos para, depois, os enviar para casa dos grandes. Por vezes este circuito faz-se por três e mais comerciantes! De notar ainda que a própria redução industrializada dos frutos secos que, por vezes, é a última consumidora de uma parte da produção, compra já ao 2.º ou 3.º comerciante. O boicote à produção é normalmente iniciado por duas componentes: industriais e exportadores. Por exemplo, no ano passado, tivemos conhecimento de fábricas de trituração do caroço de alfarroba que, apesar de não darem vazão à produção nacional, compravam gralha de alfarroba em Marrocos.

Que soluções?

Porque, no fundamental, as questões de comercialização dos produtos se colocam de modo semelhante quer para o produtor do Algarve quer para o do Minho. As soluções pouca variam. Eis algumas das que mais insistentemente vêm sendo propostas pelos pequenos e médios agricultores:

- 1.º - Fixação dos preços mínimos de garantia justos para os principais produtos fixados antes das sementeiras ou, pelo menos, com a antecedência razoável (caso do gado);
- 2.º - garantia de que o Estado assegure o escoamento do produto, pelo menos sempre que houver dificuldades na venda;
- 3.º - criação de uma rede de transportes e de armazenamento através de cooperativas ou do Estado quando estas existirem ou quando não lhes for possível;
- 4.º - pagamento a pronto, de preferência, ou adiantamentos em alguns casos;
- 5.º - defesa da qualidade dos produtos, sem prejudicar os interesses dos agricultores em benefício dos industriais ou dos grandes comerciantes;
- 6.º - participação das organizações da lavoura na fixação das tabelas de preços mínimos e na classificação dos produtos agrícolas;
- 7.º - utilização das Juntas do Vinho, da Fruta e da Pecuária e outros organismos públicos (Instituto dos Cereais, Cachaço, etc.) ao serviço dos produtores nacionais. Participação dos representantes das Organizações da Lavoura na sua administração;
- 8.º - a ajuda ao cooperativismo, nomeadamente fornecendo crédito para o Fundo de Maneio, que permita o pagamento à Lavoura a tempo e horas.



A existência de oficinas concelhias das UCPs

A existência de oficinas concelhias de reparação de máquinas das UCPs e Cooperativas Agrícolas permitiria que estas unidades colectivas poupassem muitos milhares, senão milhões de contos, que poderiam assim ser canalizados para investimentos nas terras, erguendo a agricultura do agudo estado de descapitalização em que a lançaram anos e anos de exploração latifundista e de outros grandes agrários. O Governo jamais deu apoio financeiro a este projecto de muitas UCPs e Cooperativas Agrícolas. No entanto, algumas, contando apenas com os seus próprios meios, conseguiram montar pequenas oficinas a nível de concelho que servem todas as unidades colectivas dessa região. Como exemplo é de citar a oficina concelhia de Reguengos, que permitiu que, apenas num ano, as UCPs deste concelho poupassem mais de 4000 contos na reparação das máquinas agrícolas. Quando da realização da 2.ª Conferência da Reforma Agrária, existiam 124 oficinas de UCPs e Cooperativas e encontravam-se por realizar 9 projectos de oficinas por falta de apoio do Governo.

É necessário iniciar as mondas

Numa das conclusões da reunião de quadros do sector da Reforma Agrária dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal realizada pelo PCP, salienta-se:

É necessário iniciar as mondas, que são uma operação indispensável ao bom desenvolvimento das searas de trigo e das outras culturas.

Embora se use geralmente a monda manual onde haja muita mão-de-obra e as condições económicas, topográficas e climáticas o justifiquem. A monda química deve ser feita com cuidados técnicos, aplicando os herbicidas próprios. Foi decidido exigir que os técnicos do MAP prestem assistência técnica nas mondas e noutras operações (recolha de amostras de terra para análise, divulgação de medidas sanitárias de combate à peste suína, etc.). Chama-se a atenção para a necessidade de tomar cuidados especialmente nas UCPs e Cooperativas mais fracas, para que alguns técnicos do MAP não possam aproveitar a sua presença, a propósito das mondas, para criarem problemas nessas UCPs e Cooperativas. Decidiu-se editar um folheto sobre as mondas, que já está escrito, e que vai ser executado em Beja, sob a responsabilidade dos Secretariados e Unões das UCPs e Cooperativas Agrícolas. Chama-se a atenção para a necessidade de os Sindicatos, os Secretariados e as Unões tomarem medidas para ganhar os trabalhadores para a resolução destas questões vitais. Recomenda-se a realização de reuniões, plenários, etc. onde for necessário, ou que se aproveitem algumas que já estejam marcadas acrescentando estes pontos na discussão.

A agricultura no mundo

RFA: aumenta a ruína de agricultores

Aumenta o número de pequenos e médios agricultores arruinados na República Federal Alemã, um dos mais poderosos países capitalistas. Dados oficiais demonstram que, desde 1949, o número de propriedades camponesas na Alemanha Ocidental diminuiu quase duas vezes. Só no ano passado faliram 16 mil propriedades.

Crise agrícola na Itália

Agrava-se a crise na agricultura italiana. De acordo com os dados do Instituto central de

estatísticas de Itália, o número de propriedades agrícolas no país diminuiu, entre 1970 e 1975, 6,5 por cento e a área das plantações 5,3 por cento, ou seja, em 100 propriedades de camponeses mais de 6 faliram, tendo diminuído a área mais de 5 hectares em 100 hectares.

Reforma Agrária na Argélia

A aldeia argelina sofre profundas modificações. Desde 1971, sob o lema «A terra a quem a trabalha», iniciou-se um processo de reforma agrária, cuja finalidade é pôr fim aos latifúndios, entregando a terra aos trabalhadores agrícolas e camponeses.

A reforma agrária não se limita à distribuição de terras, mas também se dirige para a modificação radical das relações sociais na aldeia, pondo termo à exploração da velha ordem dos senhores. Agora, os camponeses argelinos, organizados em cooperativas agrícolas, já possuem mais de 800 mil hectares de terras. Em toda a Argélia, contam-se mais de quatro mil dessas empresas agrícolas, que reúnem para cima de 1,2 milhões de trabalhadores agrícolas.

Na Ásia soviética sacha-se com fogo

Foi descoberto um novo método de esterilizar as terras: um pequeno

aparelho que emite um jacto de fogo. Deste modo, as ervas daninhas e as suas sementes são destruídas, não sendo este método nocivo para o homem, nem ficando a terra impregnada de resíduos venenosos, tal como acontecia com os produtos químicos. Os técnicos do Instituto da Agricultura do Kazaquistão, que aperfeiçoaram este método, são unânimes em considerar as suas vantagens em relação à quimização dos campos. Utilizando o fogo durante uma hora numa área de quinhentos metros quadrados, a terra pode ficar totalmente limpa das habituais pragas das culturas, aumentando-se, além disso, de duas a duas vezes e meia, a massa verde colhida.

Encontros de agricultores em Coimbra e Santarém

Mais de 500 representantes de 150 organizações participam no próximo domingo, em Coimbra, no Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores do Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras.

Esta iniciativa é desde já considerada como uma das maiores e mais importantes jamais efectuadas no âmbito da lavoura e a sua preparação tem até agora mobilizado muitos milhares de agricultores.

As organizações representadas no Encontro incluem Casas do Povo, Cooperativas, Ligas, Unões de Agricultores, Conselhos Directivos de Baldios, Conselhos de Rendeiros e representantes de diversos grupos de agricultores.

Os temas que irão ser abordados durante o Encontro e que até agora mais têm suscitado a atenção são a caça e a agricultura, o imposto braçal e as obras de rega do Mondego, a legislação sobre

a protecção das florestas, bem como o preço dos produtos da lavoura.

Encontro de Camponeses em Santarém

Também no domingo decorre em Santarém o I Encontro de Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros deste distrito. Nas instalações da Escola Industrial e Comercial daquela cidade.

O Encontro, que está aberto à participação de todos os interessados, visa possibilitar uma ampla e viva discussão dos variados problemas que neste momento afectam e preocupam os agricultores do distrito e encontrar meios para a sua resolução.

Segundo a Comissão Organizadora, realizaram-se já vinte e nove reuniões preparatórias até ao passado dia 15, nas quais participaram cerca de mil agricultores, devendo ainda realizar-se outras reuniões até ao final desta semana.

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, a todas as questões que se colocam às massas populares, aos trabalhadores e ao País

Temos de responder, no campo político e ideológico, a todas as questões que se colocam às massas populares, aos trabalhadores e ao País.

Quanto mais amplos e profundos forem os conhecimentos, melhor será a compreensão das situações que se vivem em cada país, melhor será a compreensão da linha de acção do nosso Partido e também a de cada um dos partidos irmãos.

Passaram já quase três quartos de século desde a criação do partido de novo tipo, o partido de Lênine.

A teoria marxista passou a ser internacional. A classe operária e os comunistas do mundo inteiro fizeram sua experiência dos comunistas da Rússia, adaptando-a às condições dos seus próprios países.

Passado este tempo, que marcas ficaram na fisionomia do partido de novo tipo? Mudaram ou desenvolveram-se os seus traços característicos? Como e de que maneira foram enriquecidos pela experiência de muitos anos de luta dos partidos comunistas e operários?

Estas e outras interrogações surgem ao longo da batalha ideológica que travamos, ao longo do processo revolucionário que vivemos, perante o anticomunismo e anti-sovietismo feroz dos inimigos das massas laboriosas. Não podemos esquecer que os ideólogos burgueses não poupam esforços no sentido de denegirem todos os factos, caluniando e mentindo descaradamente, aproveitando para os seus fins os meios de comunicação social de que dispõem, quer internos, quer a nível internacional.

A Revista Internacional, revista teórica e informativa dos partidos comunistas e operários de todo o mundo, que completa este ano 20 anos de existência, sempre se caracterizou, como aliada à imprensa comunista, por uma dedicação total à causa da classe operária e de todos os trabalhadores e por uma fidelidade inabalável aos princípios do internacionalismo proletário.

Há condições que mudam como o tempo e cada etapa da luta exige novas tarefas, mas a imprensa comunista é sempre uma organizadora de massas e uma arma para a sua luta revolucionária. A criação da Revista Internacional corresponde a uma necessidade do movimento comunista internacional. Ao ser criada foram definidas as suas principais linhas:

- difusão e aprofundamento do marxismo-leninismo;
- troca de opiniões sobre questões do movimento comunista e operário internacional;
- análises das experiências dos partidos comunistas e operários na luta pela paz e pelo socialismo e contra as forças do imperialismo e as diversas manifestações da ideologia burguesa;
- a estratégia e a tática dos partidos irmãos;
- análise das questões teóricas da passagem dos diversos países ao socialismo e da experiência relativa à combinação das leis gerais da edificação do socialismo com as particularidades nacionais de cada país;
- questões respeitantes à cooperação económica, política e cultural dos Estados socialistas;
- luta pelo reforço do internacionalismo proletário, da coesão de todas as forças amantes da paz e da democracia.

Hoje como ontem, a sua tarefa principal continua a ser a de levantar e aprofundar as questões da teoria marxista-leninista, do processo revolucionário mundial, difundir a filosofia económica e política marxista e o comunismo científico.

Para o fazer é indispensável levar a cabo uma crítica realmente científica e fundamentada da ideologia burguesa, das doutrinas reformistas e pseudo-revolucionárias e denunciar firmemente o anticomunismo e o anti-sovietismo, o oportunismo de direita e o oportunismo de «esquerda».

Lado a lado com o socialismo mundial, o proletariado do mundo capitalista encontra-se nas principais frentes da grande luta de classes da nossa época.

Como salientam os documentos dos partidos comunistas, o imperialismo perdeu definitivamente a iniciativa histórica. Para assegurar a sua sobrevivência procura, por todos os meios, adaptar-se às condições criadas. Assim, dados novos surgem, nomeadamente o facto de o seu carácter de capitalismo monopolista de Estado se acentuar.

Para estarem em condições de resolver as questões mais prementes para a transformação revolucionária do mundo, os comunistas devem proceder a uma análise marxista-leninista dos aspectos do imperialismo na hora actual; e os partidos irmãos, que lutam nos países capitalistas, devem empenhar-se no reforço da

coesão da classe operária, de todas as massas trabalhadoras em geral, de modo a que a luta pela democracia e pelo socialismo seja comum a todas as forças democráticas e antimonopolistas.

A luta contra o inimigo comum da Humanidade — o imperialismo — torna objectivamente necessária a procura de novas possibilidades de reforçar a cooperação entre o sistema socialista mundial, a classe operária internacional e o movimento de libertação nacional; enfim, consolidar a aliança destas três grandes forças revolucionárias da nossa época contra o imperialismo.

Os partidos irmãos, em condições muito diversas, encontram-se obviamente em etapas diferentes da luta revolucionária e possuem por isso uma experiência riquíssima, tanto teórica e política, como em matéria de organização.

A experiência de cada partido é património comum de todo o movimento comunista.

A Revista Internacional proporciona, através das suas colunas a troca permanente dessas experiências e tornam-na internacional.

Para este ano, a revista propõe-se continuar a apresentar artigos e textos sobre problemas da actualidade, nomeadamente:

- a luta pela paz, por um aprofundamento contínuo do desanuviamento internacional, pelo fim da corrida aos armamentos e pelo desarmamento;
- os problemas do desenvolvimento do sistema socialista mundial, da edificação do socialismo e do comunismo;
- os traços particulares da luta de classes no contexto de um aprofundamento da «crise» geral do capitalismo;
- os êxitos e dificuldades do movimento de libertação nacional e o desenvolvimento económico e social dos países que alcançaram a sua independência.

Além disto, e como tem sido sempre sua prática, a revista esforçar-se-á por facilitar o intercâmbio de informações sobre a actividade concreta e a luta dos partidos irmãos.

A publicação em português da Revista Internacional data de 1974. Nesses números já publicados, muito material está à nossa disposição, quer do ponto de vista formativo, quer informativo.

REVISTA INTERNACIONAL

Revista teórica e informativa dos Partidos Operários. Publicada em 30 línguas. Lida em 145 países.

O SOCIALISMO E A PAZ SÃO INSEPARÁVEIS

Não existem no vocabulário político actual duas noções — a Paz e o Socialismo — que estejam tão estreitamente ligadas, que respondam tão plenamente às aspirações profundas dos povos, que exprimam de forma tão fiel os ideais revolucionários dos comunistas.

O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

No panorama do nosso tempo constitui peculiaridade importante o grande peso que adquiriu o movimento comunista internacional na vida dos povos e na luta para dar solução aos principais problemas que afligem toda a Humanidade.

Avante!

Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Ano 46 • Série IV • N.º 32 • Preço 7\$50

Neste número: A situação política actual exige que se continue a alargar e a reforçar a organização do Partido • O 8.º Balanço Geral da Organização • Conferência das Organizações do PCP para a defesa e dinamização do sector nacionalizado • Experiências da Promoção • UDP-Política de Inítriga e provocação • 1.º Congresso da UEC cumpriu os seus objectivos • Comunicado do Comité Central do PCP sobre o Governo de coligação PS-CDS.

Avante!

LÊ • ASSINA • DIVULGA

Temas ideológicos

As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo (2)

2

Depois de ter verificado que o regime económico constitui a base sobre a qual se ergue a superestrutura política, Marx dedicou-se principalmente ao estudo deste regime económico. A obra principal de Marx, *O Capital*, é dedicada ao estudo do regime económico da sociedade moderna, isto é, da sociedade capitalista.

A economia política clássica anterior a Marx tinha-se formado na Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido. Adam Smith e David Ricardo lançaram nas suas investigações do regime económico os fundamentos da *teoria do valor-trabalho*. Marx continuou a sua obra. Fundamentou com toda a precisão e desenvolveu de forma consequente aquela teoria. Mostrou que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção.

Onde os economistas burgueses viam relações entre objectos (troca de umas mercadorias por outras), Marx descobriu *relações entre pessoas*. A troca de mercadorias exprime a ligação que se estabelece, por meio do mercado, entre os diferentes produtores. *O dinheiro* indica que esta ligação se torna cada vez mais estreita, unindo indissolúvelmente num todo a vida económica dos diferentes produtores. *O capital* significa um maior desenvolvimento desta ligação: a força de trabalho do homem torna-se uma mercadoria. O operário assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário da terra, das fábricas, dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista a *mais-valia*, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista.

A teoria da *mais-valia* constitui a pedra angular da teoria económica de Marx.

Temas vários

Sergei Eisenstein — um dos maiores realizadores da história do cinema

No passado dia 11 deste mês passou o 30.º aniversário da morte de Sergei Mikhailovitch Eisenstein, o genial realizador soviético e autor do célebre «Couraçado Potemkine».

Nascido em 23 de Janeiro de 1898 — curiosamente 18 dias antes de Bertolt Brecht, de quem falámos neste mesmo local na passada semana — na cidade de Riga, Eisenstein é considerado muito justamente um dos mais importantes realizadores da história do cinema mundial.

É nestas actividades do Exército Vermelho que Eisenstein desenvolve a sua produção teatral, montando espectáculos, pintando cenários, representando.

Em 1921, Sergei Eisenstein entra como cenógrafo no teatro do «Proletkult», organismo criado em Setembro de 1917 pelo Conselho Central dos Comités de Fábrica, por iniciativa de Anatoly Lunatcharsky.

Em 1922, Eisenstein é nomeado director do primeiro Teatro dos Operários de Moscovo onde, nos anos seguintes, encena vários dos seus espectáculos.

1924 marca o início da sua

carreira cinematográfica. É nesse ano que Eisenstein realiza o seu primeiro filme: «A Greve». Um ano mais tarde, para as comemorações da Revolução de 1905, Eisenstein roda o filme que se viria a tornar, um dos principais marcos da história do cinema — «O Couraçado Potemkine».

Quatro anos mais tarde, Eisenstein realiza «Outubro», onde põe em prática várias concepções teóricas acerca da montagem cinematográfica que, entretanto, vinha desenvolvendo.

Em 1935 preside ao I Congresso dos Trabalhadores do Cinema e nesse mesmo ano é agraciado com a ordem de artista emérito da União Soviética.

Entretanto, a ameaça nazi torna-se cada vez mais real. Eisenstein roda em 1938 o seu primeiro filme sonoro, que constitui um verdadeiro hino à resistência antinazi: «Alexandre Nevski». Este filme obtém em 1941 o «Grande Prémio de Estado».

Em 1939 Sergei Eisenstein recebe a «Ordem Lênine» e, nesse mesmo ano, é nomeado director artístico dos estúdios «Mosfilm». A partir deste ano, Eisenstein começa a trabalhar no seu próximo filme, que será o último do grande realizador: «Ivan, o Terrível». Este filme comportava três partes, a serem exibidas isoladamente, mas Eisenstein apenas realiza as duas primeiras.

Quando conclui a primeira



«A propósito de certas nomeações que têm vindo a ser feitas e da conservação em cargos de responsabilidade de pessoas ligadas à política fascista e altamente comprometidas com ela, a Comissão Política do Partido Socialista chama a atenção do Governo e dos democratas em geral para a gravidade das situações que estão assim, pouco a pouco, a ser criadas no País.

«Nesse sentido a Comissão Política do Partido Socialista lembra a conveniência de, por via legislativa e como medida geral, independentemente das pessoas que possam vir a ser visadas, as personalidades comprometidas a alto nível com o regime fascista serem temporariamente declaradas inelegíveis e sem capacidade para o exercício de cargos públicos de responsabilidade política».

Irão ser demitidos os ministros CDS? Anuncia-se o fim do acordo PS-CDS?

Não, que ideia! O comunicado acima data de 8 de Julho de ... 1974!



Eisenstein, realizou, ao longo de pouco mais de vinte anos, seis dos mais importantes filmes da história do cinema

filme do «Ivan», que será premiada em 1946 com o «Grande Prémio de Estado». Eisenstein escreve: A primeira parte do filme está presentemente concluída. Enquanto a realizávamos, penetrando no mais profundo do nosso país, trabalhando neste tema dum passado longínquo, todo o nosso grupo de actores, de operadores, de directores viviam a vida intensa de todo o país. Compreendemos que a nossa contribuição à causa nacional era por todo o nosso amor, todas as nossas aspirações, toda a nossa energia nesta obra que nos fora confiada, era também fazer reviver na tela o passado do nosso país, traçar o retrato viril de um grande homem que amou a sua pátria com um amor profundo e que lhe consagrou com fervor toda a sua força, toda a energia do seu espírito e da sua vontade.

Correio

O «novo» «Avante!»

(...) Quero também felicitar-vos pelo novo e excelente aspecto gráfico do último número do nosso jornal. As alterações introduzidas tornam o jornal mais bem arrumado e de mais fácil leitura. Espero que este novo esquema do «Avante!» se mantenha, tanto mais que passam a existir novas secções que em meu entender eram indispensáveis ao jornal, por exemplo o «Correio» e os «Temas Ideológicos». Penso que agora o jornal corresponde melhor ao grande Partido que é o nosso. Mais uma vez parabéns pelo aniversário e parabéns também pelo vosso (nosso) último número. J.A. Lopes Silva, Lisboa.

O problema do primeiro emprego

(...) Segundo o serviço de emprego do Ministério do Trabalho, em fins de 1976, princípios de 77, existiam em Portugal perto de 36 mil quadros técnicos e intelectuais desempregados, número em que também estou incluído (...)

E é entre os jovens recém-formados (o meu caso: licenciado-me há um ano em Economia e ainda não estou empregado) que este problema assume maior gravidade.

Tal como foi referido no Encontro Nacional «A Juventude pelo Direito ao Trabalho» — iniciativa promovida em Outubro passado pela UJC e UEC, na qual participei — dos 36 mil quadros técnicos e intelectuais que se encontravam desempregados em fins de 76, cerca de 14 mil procuravam o primeiro emprego, ou seja, tinham terminado há meses os seus cursos.

Entretanto, para resolver esta situação, que fez o MEIC de Cardia? Que fez o Governo PS? (...)

Pela voz e pela orientação antidemocrática e antipedagógica do MEIC, que será repetida e agravada com a coligação com o CDS, o anterior Governo, no decreto que cria o «numerus clausus», atribuiu esta situação de desemprego ao «excessivo número de diplomados existentes» e que, «a continuar», iria agravar o problema. Mas a realidade é bem diferente!

(...) Uma das conclusões do trabalho preparatório do Encontro «A Juventude pelo Direito ao Trabalho» salientava que é possível «detectar um quadro de carências e necessidades tanto na agro-pecuária como na saúde, tanto na actividade industrial como no ensino», para não falar de outros sectores (...)

O excesso de diplomados só existe na cabeça de Cardia, ou quando muito, nos relatórios do Banco Mundial... — J.P.O., Lisboa

Só se publicam nesta secção cartas devidamente identificadas. No entanto, se os autores assim o desejarem expressamente, a sua identidade poderá não ser divulgada.

A droga em Viseu

Tenho 16 anos, moro em Viseu, sou estudante e militante da UEC.

Ao falar-se na luta contra a droga, eu também me sinto empenhado nessa mesma luta, mas é caso para lamentar quando certas entidades que deviam colaborar nessa luta não colaboram.

Há tempos, quando atravessava o parque da cidade, apercebi-me que junto a uma capela aqui existente se encontrava um grupo de jovens a consumir droga. Logo me dirigi a uma autoridade a contar o sucedido, e para minha admiração ouvi as seguintes palavras: «Nós só fazemos uma intervenção quando eles se encontram a fazer algum mal, pois caso contrário não há razão para a nossa intervenção».

Também há pouco tempo, na própria escola onde ando, verifiquei que algo se estava a passar de anormal na sala de calvinha na mão, fazia a distribuição pelos outros de uma droga que me pareceu ser liamba. Logo a seguir, cada um fez o seu cigarrito e «toca a fumar».

Pelos vistos, são destemidos: não tiveram receio de fumar droga num sítio destas e no meio de tantos estudantes que frequentam a referida sala. Mas temos que considerar a sua actuação como normal pois que eles sabem que ninguém, nem empregados nem colegas nem professores, os colbe.

Eu também não acho que isto seja uma questão só de polícia (pelo menos dentro das escolas não). Mas queria que me respondessem às seguintes perguntas: A quem é que compete todos — os jovens, os adultos, as organizações sociais, as autoridades — deixar que se continuem a registar casos idênticos aos que referi?

— Espero que alguém diligência no sentido de resolver esta situação, pois já é tempo de acabarmos com este bem de consumo da sociedade capitalista.

Ainda há pouco tempo (coisas que vieram nos jornais) um jovem foi assassinado na Baixa de Lisboa por estar metido numa rede de droga, e um outro apareceu morto num café do Porto por ser consumidor. Acho que toda a gente está de acordo que é melhor actuar antes que depois, quando já não há nada a fazer.

— António Carlos, Viseu.

Semana

15

Quarta-feira

1789 - Revolta republicana em Roma. O Papa Pio VI foge para Toscana.

As «Brigadas Vermelhas», grupo clandestino italiano da extrema-esquerda, reivindicam o assassinio do magistrado Riccardo Palma... Na República Dominicana a Junta Central Eleitoral fixa em 16 de Maio próximo a data de eleições gerais no país...

16

Quinta-feira

1948 - Proclamação da República Democrática da Coreia.

Vicente Teresa, conhecida figura mafiosa, confessa perante um tribunal de Miami (EUA) que a CIA ofereceu 4 milhões de dólares à Mafia para esta assassinar Fidel Castro... Na China e o Japão assinam, em Pequim, um acordo comercial a longo prazo que prevê a troca de petróleo e carvão chinês por equipamento tecnológico japonês...

17

Sexta-feira

1964 - Encerra o 1.º Congresso do PAIGC que, dirigido por Amílcar Cabral, teve lugar em Madina-do-Bô, nas regiões já libertadas da Guiné-Bissau.

O secretário-geral do PCF, George Marchais, acusa os dirigentes socialistas franceses de estarem prontos a comprometer-se com o grande capital e desamparar milhões de trabalhadores... Na RDA é sentenciado com 15 anos de prisão um cidadão da RFA que desenvolveu espionagem na Alemanha Democrática...

18

Sábado

1936 - É formado o primeiro governo da Frente Popular, em Espanha.

É morto em Nicósia (Chipre), por guerrilheiros urbanos não identificados, Youssef Libal, egípcio e secretário-geral da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos... Carter anuncia que cessará o envio de armas e alimentos para qualquer país que suspenda as suas remessas de petróleo para os EUA...

19

Domingo

1928 - É fundado o Partido Comunista do Paraguai.

Três brasileiros, o cantor Chico Buarque da Holanda, o escritor António Callado e o jornalista Fernando Gomes de Moraes são presos pela polícia política brasileira, no regresso duma viagem a Cuba, onde haviam participado no júri do «Prémio Casa das Américas»...

20

Segunda-feira

1694 - Nasce Voltaire

O presidente soviético Leonidas Brejnev é elevado oficialmente ao nível dos dirigentes militares supremos da II Guerra Mundial, recebendo a «Ordem da Vitória», a mais alta distinção militar da União Soviética... Vão ser julgadas 34 pessoas no Cairo, Egito, acusadas de haverem tentado derrubar o regime de Sadat pela força...

21

Terça-feira

1971 - 250 000 trabalhadores manifestam-se em Londres contra a lei anti-greve.

O ditador Somoza, da Nicarágua, faz negócio, exportando sangue de presas políticas, revela o Comité venezuelano de solidariedade com a Nicarágua... O governo e Chipre liberta os «comandos» egípcios que sobreviveram à luta travada no aeroporto de Larnaca... O Egito retira de Chipre a sua missão diplomática...



Raymond Barre (ao centro) «passa» pelos trabalhadores, de ar altivo: um estilo de «diálogo»

França: a força da esquerda as manobras da direita e a ingerência do imperialismo

Começo há três dias, oficialmente, a campanha eleitoral em França, 20 dias antes da primeira volta das eleições legislativas que se realizarão entre 12 e 19 de Março.

Na abertura oficial de uma batalha eleitoral que de facto já teve início há muito mais tempo, ressalta a possibilidade de uma vitória de esquerda. Possibilidade que tem condicionado e continuará a condicionar a luta que se desenvolve em torno das eleições e que ultrapassa as fronteiras de França.

Os dados que há neste momento podem-se sintetizar nos resultados de todas as sondagens que apontam para uma vitória das forças da esquerda; na realidade da divisão das forças da direita, ligadas desta ou daquela forma à chamada maioria, que o voto do povo francês já mostrou, nas últimas eleições municipais, não corresponder a nenhuma maioria; no desentendimento, que persiste, entre as forças de esquerda.

Actualmente a direita divide-se em «gaullistas» (RPR) e União pela Democracia Francesa (UDF), ligada à actual formação do governo, e que reúne os Republicanos Independentes de Giscard d'Estaing, os

esquerda o que, como o PCP acentua, poderia conduzir a uma votação comunista numa política que não estava bem definida e poderia vir a ser uma política de direita.

Face às manobras da reacção a importância de votar comunista

As forças da reacção - não só nacional mas também internacional, como ficou bem claro com a ingerência de Carter quando da sua passagem por França - dispõem e utilizam diversos trunfos: para já jogam em apelos presidenciais de recusa do voto de esquerda, no terrorismo, na baixa do franco, apresentada como consequência das sondagens que apontam para uma vitória de esquerda, no alinhamento do PS para um governo «sozinho» ou uma coligação com a direita.

Face a esta situação, e como destaca o PCF, a votação nos comunistas assume uma importância decisiva: possibilita uma melhor base de negociação com o PS, ainda durante as eleições, e posteriormente; é a base sólida para uma política de nacionalizações que realmente fundamenta a defesa dos interesses dos trabalhadores e melhoria das suas condições de vida, sem o que todos os planos progressistas não passam de demagogia; é um obstáculo aos planos da reacção.

Provocação: prática corrente do imperialismo em África

A provocação aos países progressistas do continente africano pode justamente ser considerada uma prática corrente do imperialismo. Não assume sempre a mesma envergadura, e nem sempre se traduz na invasão armada, que no caso de Moçambique, por exemplo, atinge mesmo a forma de massacre das populações fronteiriças com a Rodésia, nem sempre se traduz no assassinato de dirigentes do movimento libertador, consumado com frequência em terras da América ou Europa.

Há também a provocação rotineira, uma batalha de desgaste que desvia uma parte dos esforços populares, concentrados na reconstrução nacional e na criação de sociedades que visam o socialismo, e que constitui uma permanente fonte de tensão - melhor dizendo, uma pulverização de pontos de tensão - que naturalmente comprometem a criação de condições de paz no continente, uma paz já permanentemente ameaçada pela existência de regimes como o da África do Sul e da Rodésia. Aliás estes factos não são alheios entre si.

Um balanço sumário da semana que passou, dá-nos a amostra do que é essa rotina de provocação. Os serviços de segurança de Moçambique desmantelaram um grupo reaccionário que actuou durante vários meses no porto de Maputo, incitando os operários a cometerem actos de sabotagem económica; o objectivo seria a paralisação do porto e desacreditar a política da Frelimo. Registou-se novo tiroteio na fronteira de Moçambique com a Rodésia. O governo de São Tomé e Príncipe denunciou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que mercenários se preparam para invadir o arquipélago. Para já, tem-se registado uma violação sistemática do espaço aéreo do país por aviões não identificados. Angola mantém-se um alvo fulcral das forças da reacção. Verificaram-se novos ataques da África do Sul e do movimento fantoche Unita à província do Cunene no Sul de Angola. Por outro lado, o camarada Agostinho Neto denunciou a violação do espaço aéreo de Angola por aviões militares sul-africanos. Entretanto, a FNLA anda por Londres a reunir mercenários, enquanto Chipenda, em Espanha, debita as habituais provocações criteriosamente



cobertas pelos órgãos de «informação» de direita de todo o mundo, com particular destaque para os portugueses.

As provocações sistemáticas de que são vítimas os países africanos progressistas, não surgem por acaso. Não é de prever que tais provocações possam vir a cessar enquanto a África do Sul e Rodésia se mantiverem como bastiões do imperialismo no continente.

Por outro lado, a provocação não é uma prova de força. É uma prova de fraqueza. O que não atenua, antes acentua o seu perigo. Mas simultaneamente leva a posições por vezes mais realistas por parte de dirigentes do mundo capitalista, confrontados com a firmeza dos países africanos progressistas na defesa dos interesses dos seus povos (por exemplo os efeitos do julgamento de mercenários, em 76, em Angola, ainda hoje se faz sentir, ainda que, naturalmente o recrutamento prossiga, mesmo noutros continentes e países, como é o caso do Chile).

A África progressista luta e reúne vitórias na batalha pela libertação do continente. Uma luta que passa também pela denúncia da provocação.

Europa e Médio Oriente palcos de luta intensa

No conjunto dos acontecimentos da semana, a Europa e o Médio Oriente destacam-se, pela projecção ou o significado dos factos ocorridos. Na Europa, vivem-se situações de agudo confronto de classes em França e na Itália, países que o imperialismo tem demonstrado de forma clara temer que escapem ao seu domínio, não mascarando mesmo uma descarada ingerência nos seus assuntos internos. No Médio Oriente, o Egito reafirmou, num acto de violação flagrante da soberania de Chipre, uma orientação política de desprezo pelos interesses dos povos. E também aqui falhou.

Em França iniciou-se oficialmente a campanha eleitoral. Em confronto uma direita dividida, uma esquerda que não obteve entretanto o acordo necessário, mas que mesmo assim as sondagens apontam como vencedora. Em causa uma viragem histórica na política nacional, o arrancar da órbita do capitalismo que teria profundas repercussões em toda a Europa e a nível internacional. A eventual derrota da esquerda reafirmará, uma vez mais, a importância da sua unidade e também que, uma política de direita dos socialistas, orientada pela preocupação de não levar a cabo transformações estruturais, mantendo de facto o poder do capital, não conduz os próprios socialistas à vitória política, mas à sua submissão a interesses que dizem ser-lhe alheios. Entretanto, a direita mobiliza todos os seus esforços, não só para evitar uma vitória eleitoral da esquerda, mas, desde já para tentar destruir a hipótese de uma estável e consequente política ao serviço dos trabalhadores.

Há mais de um mês sem governo, a Itália continua a arrastar uma desgastante crise política, insolúvel sem a participação dos comunistas. O que continua a ser recusado pela direita, em particular por sectores da Democracia Cristã menos realistas e profundamente ligados aos interesses do imperialismo. Demonstrando uma elevada consciência de classe e nacional, os sindicatos admitem a realização de uma greve geral de carácter político. A proposta do PCI de um pacto de emergência, que incluiria os comunistas na maioria parlamentar, e se basearia no acordo em torno de questões concretas da política económica e externa, chocou-se com as exigências da Democracia Cristã que pretende impor um programa económico que lança o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores. As eleições surgem como uma alternativa que no entanto virá a recolocar a necessidade de negociação.

Face ao acto de terrorismo praticado em Nicósia, em que foi morto o jornalista egípcio Youssef Sibai, director do jornal oficinista egípcio «Al Ahram», e raptados delegados árabes que participavam na reunião da Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos, o Egito interveio com um comando militar, desprezando de forma flagrante a soberania de Chipre, introduzindo mais um factor de provocação no acto terrorista. A acção terrorista, como a atitude do Egito, a que Chipre soube responder, como nação soberana que é, foi condenada em diversos sectores. As tentativas de ligar os terroristas ao movimento de libertação palestino, fracassaram.

Imperialismo sabota iniciativas de paz

A Conferência de Belgrado deveria ter terminado em meados de Fevereiro. Um novo acordo entre a União Soviética e os Estados Unidos sobre limitação de armas estratégicas (SALT-2) fora previsto para o fim do ano de 1977. Tanto a Conferência de Belgrado como os acordos SALT são elementos muito importantes na batalha pelo desanuviamento internacional, aos vários níveis: ao nível das relações públicas, económicas e culturais, e ao nível militar, que é decisivo. De onde partem os entraves que assim se erguem no caminho da paz?

Os trabalhos da Conferência de Belgrado processam-se neste momento à porta fechada. Há portanto poucos factos para noticiar. Acresce a isso o peso do silêncio dos que não estão interessados em falar de Belgrado. Mesmo assim, não é difícil avaliar o tipo de dificuldades que se levantam. Muito antes de Belgrado, o imperialismo lançou uma campanha cuidadosamente estudada e concertada, visando atingir o socialismo, fazendo da questão dos «direitos humanos», completamente deformada, o seu cavalo de batalha. Pretendia-se encobrir a rotineira violação dos direitos do homem no capitalismo. Pretendia-se desvirtuar o socialismo aos olhos das massas. Pretendia-se também, desde o princípio, atingir Belgrado. Desde o início dos trabalhos da Conferência, tais objectivos ficaram bem claros. Os países capitalistas não fizeram uma única proposta concreta para o desenvolvimento e concretização do desanuviamento político e militar. Com visíveis intenções de sabotagem dos objectivos reais da Conferência, martelaram em exclusivo na questão dos «direitos humanos», só silenciando momentaneamente quando a delegação soviética deixou claro que, se havia a falar a esse respeito, era no mundo do capital. Foi a URSS, apoiada pela comunidade socialista, que avançou propostas relativas ao desanuviamento, em particular na campo militar, propostas que não obtiveram resposta.

Relançou o estribilho da «ameaça militar soviética» enquanto, de facto, o orçamento militar vai decrescendo na URSS e subindo nos EUA e nos outros países da NATO. Os EUA esforçam-se por conquistar vantagens unilaterais - uma intenção absurda, que nunca será concretizada porque conduz necessariamente a uma nova espiral na corrida aos armamentos e a um maior risco de conflito nuclear, com todas as suas consequências.

O peso do complexo militar norte-americano nas decisões de Washington é evidente, como é evidente o peso de Washington nas decisões da NATO. Entretanto, enquanto se reagitam velhos espantáculos da guerra fria, permanecem sem resposta as propostas soviéticas de um tratado mundial sobre o não emprego da força, prevenindo em primeiro lugar, a não utilização e a suspensão do fabrico das armas nucleares.

Estas são dificuldades reais que importa não subestimar e a que a força do movimento da paz saberá responder.

recordando que estas assentavam, para esmagadamente em actividades que ambos desenvolviam no âmbito do seu trabalho de jornalistas. Para os stonistas, tudo o que tante reflectir as realidades do país é «subversivo». E toda a gente sabe porquê...

Na Venezuela, «Tribuna Popular» faz anos - O «Tribuna Popular», órgão central do Partido Comunista da Venezuela, completou no passado dia 17 mais um ano de publicação em prol da luta dos trabalhadores. Neste seu 30.º aniversário o «Tribuna Popular» continua a cumprir a sua função de instrumento de luta das massas populares pela conquista das liberdades democráticas e direitos laborais - e a cumprir dentro das mesmas contingências que têm acompanhado a luta do PCV: perseguições, ilegalidade, reconquista da liberdade mas, e sobretudo, sempre ao lado dos trabalhadores e do povo.

Breves notícias

Leónidas Brejnev condecorado - Em cerimónia celebrada no Kremlin, no passado dia 20, o camarada Leónidas Brejnev, presidente da URSS, foi condecorado com a «Ordem da Vitória», a mais alta condecoração militar da União Soviética.

Israel prende jornalistas progressistas - Hans Lebrecht, membro do Comité Central do Partido Comunista de Israel e correspondente de vários órgãos da imprensa

progressista estrangeira, assim como o jornalista cipriota Panayiotis Paskhalis, foram presos pelos stonistas. Ambos são acusados de «reunir e expedir informações atentatórias da segurança de Israel», para o que (pasmem-se!) compraram guias turísticos, estatísticas e outras publicações oficiais, para além de terem tirado «fotografias de imprensa».

Foi instaurado um processo contra estes dois jornalistas, que começaram a ser julgados no passado dia 19, no Tribunal

de Telavive, mas este decidiu adiar o processo para princípios de Maio pois «os juízes» estavam sobrecarregados de trabalho. Felicia Langer, a advogada israelita dos dois jornalistas, protestou imediatamente pois tal adiamento traduzir-se-á em inaceitáveis injustiças para os detidos em particular para com Paskhalis, cujo estado de saúde se agravou durante a detenção preventiva.

De nada valeu aos dois jornalistas recusarem com vigor as acusações,

recordando que estas assentavam, para esmagadamente em actividades que ambos desenvolviam no âmbito do seu trabalho de jornalistas. Para os stonistas, tudo o que tante reflectir as realidades do país é «subversivo». E toda a gente sabe porquê...



21 de Fevereiro de 1948: Klement Gottwald, presidente do PCCh e primeiro-ministro, fala às massas populares. A vitória estava para breve



25 de Fevereiro de 1948: uma grandiosa manifestação na Praça Venceslau, em Praga, assinala a firme determinação popular de vencer a reacção e caminhar para o socialismo

HÁ 30 anos a Checoslováquia escolheu definitivamente a via do socialismo. Nos países capitalistas, a Checoslováquia é referenciada, não pelas suas realizações, pelos progressos na economia e nas condições de vida dos trabalhadores, factos que são cuidadosamente caçados ou adulterados, mas por uma campanha sistemática, com altos e baixos em função dos momentos, da provocação imperialista organizada. Isto é verdade, não só hoje mas logo a partir de Fevereiro de 48 quando, faz agora trinta anos, se iniciou o período da construção do socialismo no país.

A Checoslováquia socialista começou a construir-se em Fevereiro de 1948

Fevereiro de 48 não é só um ensinamento para o povo checo. Veio enriquecer a experiência revolucionária mundial. Foi é um contributo prático para o desenvolvimento do marxismo-leninismo. É uma experiência importante e válida na diversidade dos caminhos que conduzem ao socialismo.

O que foi Fevereiro de 48
«O significado da vitória da Revolução socialista no nosso país consiste em que, pela primeira vez na História, a classe operária chegou ao Poder num país com relações capitalistas desenvolvidas, com uma classe operária avançada e com numerosas camadas da pequena burguesia, num país onde existiam profundas tradições de democracia burguesa» — afirma Vasil Bilak. Esta uma lição importante de Fevereiro, que desmente a tese, ainda hoje repetida pela propaganda capitalista, de que o socialismo e os princípios leninistas só podiam vir em países economicamente atrasados,

sem tradições democráticas, de baixo nível cultural. No final da Segunda Guerra Mundial, e em conexão com a derrota do fascismo alemão e a libertação da Checoslováquia pelo Exército Soviético, criou-se uma situação revolucionária que levou à culminação da luta de libertação nacional dos povos checo e eslovaco. Na Insurreição Nacional Eslovaca em 1944 e na de Maio de 1945 do povo checo, essa luta converteu-se em Revolução Democrática e Nacional. Assim, Maio de 1945 significa o principal ponto de viragem na História da Checoslováquia, que entrou no caminho popular e democrático de transição para o socialismo. Fevereiro de 48 assegurou definitivamente esse caminho. Entre estes dois marcos foram travadas batalhas difíceis e decisivas. Na passagem da Revolução Democrática à Revolução Socialista, o elemento determinante foi, como continua a ser hoje, o fortalecimento do Partido Comunista. O Partido Comunista da Checoslováquia não lutou sozinho. Criou uma ampla

frente de resistência. Lutou sempre ligado às mais amplas bases populares. Foi com o seu apoio que insistiu na solução da crise política (engendrada pelo capital e agudizada com a formação de um bloco anticomunista) por meios constitucionais e parlamentares. Utilizou, como instrumento principal de unidade e mobilização, os Comitês de Acção, que se vieram a converter no órgão supremo do Poder e foram um dos meios mais importantes, senão decisivo, para a solução da crise. **Ingerência e «democracia»**
Tal como em 48, é hoje uma questão plenamente actual a acusação de falta de democracia em socialismo. A propaganda imperialista mantém a tática de acusar outrém da sua própria prática. O exemplo da Checoslováquia é nesse campo elucidativo. Não só em 68, mas desde 47. Bilak expõe claramente o que então se passou: «As potências capitalistas tentaram aproveitar, no ano de 1947, as dificuldades

económicas do país, esgotado pela guerra e pela ocupação dos nazis e ainda pela baixa colheita, nunca antes verificada. (...) Naqueles anos difíceis da nossa História a União Soviética, apesar de ter grandes dificuldades económicas e de abastecimento causadas pelos grandes prejuízos da guerra, ajudou-nos não só em cereais e géneros alimentícios mas assinou conosco um acordo comercial para 5 anos, que criou a premissa de claras perspectivas para a nossa economia nacional. Era isto a «Intervenção». Em 1948, quando se deu o choque decisivo entre o povo trabalhador e a burguesia, a propaganda imperialista apresentou-o como a luta entre a democracia e o totalitarismo. A «democracia» exprimi-se pela demissão dos ministros reaccionários, pela tentativa de golpe para reimpôr o domínio dos exploradores. Os representantes do «totalitarismo» eram, para os corifeus do imperialismo, as centenas de milhares de

trabalhadores que se manifestaram em toda a República, os milhões que participaram na greve geral, assim se opondo aos desígnios da reacção. A lição de Fevereiro de 48 mantém toda a sua actualidade. As revoluções não se exportam. Cada povo

encontrará o seu próprio caminho para o socialismo. Mas cada experiência, como a do povo checoslovaco em 1948, enriquece a experiência geral do movimento operário, constitui uma forma de expressão das leis gerais da revolução socialista, válidas para todos os países e em todas as latitudes.



As calúnias do imperialismo sobre a «miséria» em que vive o povo checoslovaco são desmentidas pela realidade dos factos

As tácticas do imperialismo

Durante um seminário, realizado em Dezembro de 1977, consagrado ao 30.º aniversário da vitória de Fevereiro do povo checoslovaco, o camarada Vasil Bilak, secretário do CC e membro do Presidium do Partido Comunista Checo, pronunciou um importante discurso de que destacamos um extracto dedicado à atitude do imperialismo contra a revolução de Fevereiro.

«Nestes trinta anos a reacção internacional não cessou os seus ataques contra Fevereiro de 48. O seu ódio é o mesmo, só mudou a tática e as formas de luta contra o que representa Fevereiro. Em 1948 escreviam sobre o «calvário do inferno comunista», sobre «a população» que se reuniu no dia 25 de Fevereiro na Praça de Venceslau. Interromperam os contactos comerciais conosco, recusaram a devolução do ouro do tesouro nacional que os nazis haviam roubado durante a ocupação. Enviaram-nos assassinos dos activistas comunistas e dos dirigentes dos Comitês Nacionais, apelaram para a organização de sabotagem. Quando tudo isto fracassou começaram a dar-nos conselhos sobre a maneira como devíamos «aperfeiçoar» o socialismo, como devíamos substituir «o modelo soviético» pelo «socialismo democrático de face humana». Para esta tarefa foram designadas as mesmas camadas imperialistas, agências de espionagem e militares de Estados Maiores que haviam preparado a derrota sangrenta da revolução na Grécia, as guerras contra a República Popular da Coreia e contra o Vietnam, os mesmos que perseguiram os democratas e progressistas nos EUA e organizaram dezenas de golpes contra a revolução no mundo inteiro. Surpreende mesmo o grande interesse em melhorar o socialismo na Checoslováquia que têm ainda hoje os mesmos círculos que apoiaram Pinochet no Chile ou que nas reuniões da ONU aproveitam o direito de veto para impedir que seja condenado o regime racista da África do Sul, etc.

e criador» e depois editá-lo nas agências editoriais burguesas, que recebem o apoio financeiro de agências como a CIA. É absurdo declarar-se partidário do socialismo — ainda melhor do que existe actualmente em qualquer parte do mundo — e proclamá-lo através de emissoras anticomunistas como são a Rádio Europa Livre, a Voz da América e muitas outras. É absurdo aliquidar os seus conselhos de como deveria ser a economia socialista checoslovaca, se as suas opiniões são divulgadas pelos meios



Vasil Bilak

A tentativa contra-revolucionária dos revisionistas e reaccionários do ano de 1968 devia destruir o progresso resultante da vitória do povo trabalhador em Fevereiro de 1948. É de realçar o facto de que dezenas de organizadores do golpe que fugiram depois para o estrangeiro ou estão em casa continua a ajudar na preparação e na realização de campanhas caluniosas, consideradas «aperfeiçoadores do socialismo», embora estejam protegidos pelas instituições políticas e ideológicas do imperialismo. É absurdo alguém escrever livros sobre «o marxismo autêntico

propagandísticos dos países onde domina a burguesia, os mesmos que há muito utilizam contra nós uma discriminação grosseira, esquecendo que são eles que estão abalados por uma crise aguda, pelo desemprego de muitos milhões de trabalhadores, pela inflação crescente. É ridículo considerar-se patriota checoslovaco, e colaborar com os inimigos reaccionários inventando calúnias e mentiras sobre as injustiças que sofreram cidadãos alemães que antes viviam nas zonas adjacentes da Alemanha.

Tudo isto parece absurdo quando considerado pela primeira vez. Mas no fim é natural. Tudo não é mais do que a conduta do anticomunismo na situação actual, que não lhe é favorável. Com o crescimento da autoridade que o socialismo ganha nas massas trabalhadoras, não só no nosso país mas também no Ocidente, é inevitável que os inimigos do socialismo se tenham de apresentar como democratas, patriotas e socialistas, para assim esconderem a sua verdadeira face».

A Associação Portugal-Checoslováquia promoveu, no passado domingo, na sua sede, em Lisboa, uma sessão pública integrada numa série de iniciativas comemorativas do «Fevereiro Vitório» — Amanhã, a partir das 21 e 30, decorrerá, no mesmo local, uma sessão pública em que intervirá o embaixador da República Socialista da Checoslováquia em Lisboa, que responderá a todas as perguntas formuladas pelos presentes. Será novamente exibido o filme «O Tempo da Decisão».

Há 60 anos o Exército Soviético defende a paz e o socialismo

Hoje, dia 23 de Fevereiro de 1978, o Povo soviético e os socialistas comemoram solenemente o 60.º aniversário do Exército Vermelho. Por todo o Mundo é recordada a criação do que são hoje o Exército e a Marinha de Guerra soviéticos e que, ao longo destes anos, souberam desempenhar a missão que lhes foi confiada: defender as conquistas da Revolução, a construção do socialismo na URSS e também participar como factor muito importante na batalha mundial da paz, criando assim uma das premissas fundamentais para que o processo de libertação e de luta contra o capital em todo o Mundo seja possível, se reforce e some vitórias.

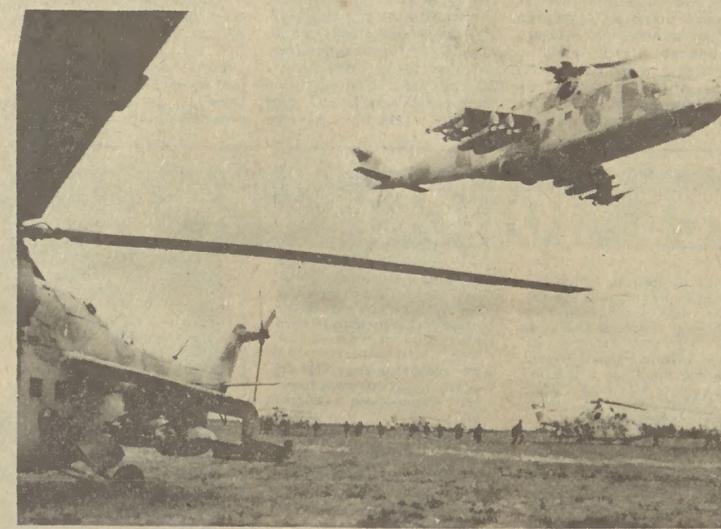
Estas vitórias históricas do Exército Vermelho estão intimamente ligadas às profundas transformações sociais e económicas do país, à alteração da composição social das suas Forças Armadas. Apenas no decurso dos dois primeiros quinquénios o número de operários nas suas fileiras aumentou duas vezes e meia. Em 37 o Exército Soviético estava inteiramente alfabetizado. Hoje, quase 100% dos militares tem instrução superior e secundária e cerca de 50% dos oficiais tem instrução superior.

As vitórias do Exército Vermelho constituíram, não só um poderoso estímulo ao desenvolvimento do processo revolucionário mundial, como uma garantia da paz — paz que é objectivo permanente do Povo soviético e das suas Forças Armadas. Hoje como em Outubro, a política de paz leninista, que está fixada na Constituição soviética, visa assegurar as condições internacionais favoráveis à construção do comunismo na URSS, reforçar as posições do socialismo mundial, apoiar os povos em luta pela sua independência nacional e o progresso social, evitar as guerras de agressão, concretiza-se na prática consequente o princípio da coexistência pacífica entre Estados com regimes sociais diferentes, na redução sistemática das despesas militares que, entre 1974 e 1977, passaram de 9,1% para 7,2% do orçamento geral do país.

No 60.º aniversário da sua formação, o Exército Vermelho reflecte o reforço da capacidade técnica e económica do país, a transformação dos homens numa sociedade que caminha para o comunismo. Está mais apto do que nunca como garante que é do socialismo e do comunismo na URSS, como elemento fulcral na defesa da paz e, desta forma, do processo revolucionário mundial.



Lénine: «O valor da Revolução depende da medida em que ela sabe defender-se»



A defesa do socialismo na URSS é indissociável da defesa da paz

O aniversário do «Avante!»

O aniversário do «Avante!» continuou, durante a semana passada, a reunir em variadas sessões comemorativas muitas pessoas, por iniciativa de diversas organizações do Partido. Entretanto, muitas saudações têm chegado à nossa redacção, algumas por telefone, como ventos homenagens de camaradas e amigos do Órgão Central do Partido Comunista Português que cumpriu 47 anos de publicação.

A mensagem de um camarada dos Açores, a saudação da Assembleia da Célula do Bairro da Venteira, Amadora, um telegrama em nome da Célula da Paredal Monteiro, em Pero Pinheiro, uma carta assinada pelo executivo da Célula da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, as breves palavras de um simpático de Setúbal, e muitas outras cartas, muitas outras palavras amigas. Pelo telegráfico, como a saudação da Comissão Concelhia de Vila Real e Santo António, ou a dos comunistas da Agência de Viagens Mundirama ou do Sector Público da ORL, ou de trabalhadores do Sindicato dos Ferrovios do Centro, ou da Comissão Concelhia de Ovar, ou da Célula da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Por carta, como nos chegaram as palavras de saudação da Comissão Concelhia de Sesimbra, as de um grupo de amigos que trabalham na Direcção Hidráulica do Tejo. A Célula do PCP de «o diário» também nos enviou as suas fraternais saudações. Foram aprovadas em várias Assembléias de Organização, como a que de Alpiarça nos chegou, como aquela que na Amadora centenas de pessoas aclamaram no passado dia 15.

O colectivo de «O Militante», órgão do PAIGC, também nos fez chegar uma mensagem telegráfica com as saudações calorosas pela passagem do aniversário do jornal do PCP.

Sessões, festas e debates

Por seu lado, o colectivo da redacção do «Avante!» esteve presente em várias sessões, festas e debates, falando sobre o jornal do Partido, sobre o seu trabalho, respondendo a perguntas. O camarada Albano Lima, no CT do Monte da Caparica, perante meia centena de pessoas, e depois em Idanha, Belas, na Colectividade dos

Bandolinistas 22 de Maio, onde se encontravam mais de cem pessoas, falou dos tempos da vida clandestina do «Avante!», das tarefas que então se impunham aos camaradas, na feitura, composição e distribuição do jornal e da sua vida actual, do papel dos jornalistas comunistas na situação política que vivemos. Nesta última sessão foi guardado um minuto de silêncio em memória dos mortos do Tarrafal.

Entretanto, a camarada Ligia Calapez participou numa sessão na Cova da Piedade, na qual se encontravam cerca de 70 pessoas. O papel da imprensa operária, a necessidade da colaboração no plano da informação, distribuição e na sua utilização como arma de esclarecimento, foram temas abordados e discutidos, num diálogo que ocupou a maior parte do tempo. O camarada Fernando Correia, subchefe de redacção do «Avante!», juntamente com os camaradas Augusto Valdez, militante do «Avante!», e o flautista Jaime Silva, entre outros dos grandes executantes da música portuguesa, José Carlos Ary dos Santos disse três poemas, um dos quais evocativo dos mártires do Tarrafal. No final, o director do «Avante!» falou de improviso, num discurso em que abordou o papel do «Avante!» durante os 43 anos de clandestinidade e os 4 vividos em democracia, tendo seguidamente abordado a situação política actual.



A Academia Almadense encheu-se